



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90020/2025

PREÂMBULO

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA, por meio de seu Pregoeiro/de sua Pregoeira, designado ou designada pela [Portaria nº 829, de 24 de outubro 2022](#), torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, visando à contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados de limpeza, higienização, conservação e jardinagem, bem como serviços eventuais de capinagem, com cessão de mão de obra residente e fornecimento de material de consumo e equipamentos necessários, com alocação de postos de trabalho de servente de limpeza e auxiliar de jardinagem, a serem executados nas unidades da Justiça Eleitoral no interior do estado da Bahia.

Esta licitação, autorizada no Sistema Eletrônico de (SEI) n.º 0010327-42.2025.6.05.8000, regida pela Lei nº 14.133/2021, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018, pela Resolução/TSE nº 23.702/2022, pela Resolução CNJ nº 651//2025, pelas condições constantes neste Edital e demais legislação aplicável, e, ainda, subsidiariamente, pela Instrução Normativa/MPOG/SLTI nº 05/2017, no que couber.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dia: 18.11.2025

Hora: 10h (horário de Brasília/DF)

Pregoeiro: Raul Almeida da Paz

E-mail: rpaz@tre-ba.jus.br. **Telefone:** (71) 3373-7110

Processo SEI n.º: 0010327-42.2025.6.05.8000

Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal)

Código UASG: 70013

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço global.

MODO DE DISPUTA: aberto e fechado.

NÃO HÁ TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP: art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei 14.133/2021.

OBSERVAÇÃO: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro/pela Pregoeira.

NOTAS IMPORTANTES

As Licitantes deverão prestar especial atenção às seguintes disposições do Edital:

- 1. Cláusula Sétima, da minuta do contrato (Anexo IV, deste Edital).** Trata da conta-depósito vinculada, nos termos da Resolução CNJ nº 651, de 29 de setembro de 2025 (**Anexo V, deste Edital**), que dispõe sobre a retenção de provisões para encargos trabalhistas, previdenciários e demais garantias em contratações administrativas com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Poder Judiciário, de acordo com a Lei 14.133/2021.
- 2. Seção XVII, do Edital, e Cláusula Décima Primeira, da minuta do Contrato.** Tratam das penalidades a serem aplicadas às licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação ou durante a execução do Contrato. Conforme Acórdão 754/2015, do Tribunal de Contas da União, o gestor público poderá ser responsabilizado, penal e administrativamente, pela omissão na aplicação de sanções às licitantes que pratiquem atos ilícitos na licitação ou na execução do contrato, tais como não manter a proposta, não encaminhar documento de habilitação ou encaminhar documentação falsa etc.

Despesa e recursos orçamentários

A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 10.134.506,18** (dez milhões, cento e trinta e quatro mil quinhentos e seis reais e dezoito centavos), conforme orçamento estimativo e valor(es) máximo(s) admitido(s) para contratação, constantes do Anexo II deste Edital.

A despesa correrá à conta de recursos consignados ao TRE-BA no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0029 - “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - no Estado da Bahia”. Natureza da Despesa: 3.3.3.90.37.01 - Locação de Mão de Obra - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; 3.3.3.90.37.02 - Locação de Mão de Obra - Limpeza e Conservação.

Anexos

I – Termo de Referência

A – Instrumentos de Medição de Resultados (Indicadores de Desempenho)

B – Posto de Serviço: Auxiliar de Jardinagem

II – Orçamento Estimativo/Valor Máximo Admitido para Contratação

III – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

IV – Minuta do Contrato

V – Resolução CNJ nº 651, de 29 de setembro de 2025

VI – Acordo Judicial

VII – Modelo de Declaração de Enquadramento Sindical

SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados de limpeza, higienização, conservação e jardinagem, bem como serviços eventuais de capinagem, com cessão de mão de obra residente e fornecimento de material de consumo e equipamentos necessários, com alocação de postos de trabalho de servente de limpeza e auxiliar de jardinagem, a serem executados nas unidades da Justiça Eleitoral no interior do estado da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

1.2. Havendo divergência entre as descrições do CATSER e as constantes neste edital (Anexo I), prevalecerão as últimas.

SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar deste pregão eletrônico as **licitantes** que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

2.3. Para participar do pregão eletrônico, a **licitante** deverá manifestar o pleno conhecimento e o atendimento às exigências do presente Edital, na forma prevista na **condição 4.3 deste Instrumento Convocatório**.

2.4. Não poderão participar desta licitação:

- a) empresário e sociedade empresária ou simples, na seguinte situação:
 - a.1) suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
 - a.2) declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- a.3)** impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
 - a.4)** proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
 - a.5)** proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- b)** direta ou indiretamente, agente público do órgão licitante ou, na fase de execução do contrato, agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
 - b.1)** as vedações de que tratam a alínea “b” acima estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- c)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d)** sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- e)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f)** sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- g)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- h)** os demais interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- i)** consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- j)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- k) cooperativas de mão de obra, nos termos do Acordo Judicial entre MPT e AGU constante do Anexo VI deste Edital.

2.4.1. O impedimento de licitar em decorrência de sanção que foi imposta à pessoa jurídica será também aplicado à licitante que atue em substituição à empresa apenada, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

- a) estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

SECÃO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A **licitante** deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal), observado o seguinte:

- a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A **licitante** responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

SECÃO IV – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

4.1. A **licitante** deverá cadastrar sua proposta eletrônica exclusivamente por meio do preenchimento do(s) campo(s) próprio(s) do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.1.1. A etapa de que trata a condição acima será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.

4.1.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.2. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **O VALOR TOTAL PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONSIDERANDO OS 2 (DOIS) ANOS DA CONTRATAÇÃO**, já inclusos todos os custos com **fornecimento de material**, bem como todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, **inclusive os acréscimos relativos ao ano eleitoral**.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, **assinalando campo próprio do sistema**, que:

- a) está ciente do inteiro teor do ato convocatório e dos seus Anexos e atende aos requisitos de habilitação neles estabelecido, concordando com suas condições, e que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- b) não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99);
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na Lei nº 8.213/1991 e em outras normas específicas, quando cabíveis, conforme inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021;
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, quando cabível.

4.3.1. A falsidade da declaração relativa ao cumprimento dos requisitos do instrumento convocatório e à conformidade da proposta sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021 e neste Edital.

4.4. Nessa etapa não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de lances.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.4.1. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta, observando as seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo e o intervalo de que trata alínea acima;
- c) o valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

4.4.1.1. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão licitante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.5. As propostas terão **validade de 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.6. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, a licitante fica liberada dos compromissos assumidos.

4.7. A celebração do contrato depois de vencido o prazo estabelecido na **condição 4.6** importa em prorrogação da validade da proposta.

SUBSEÇÃO I – DA VISTORIA PRÉVIA

4.8. A vistoria prévia é facultativa, não se consubstanciando em condição para a contratação. Contudo, ficam os interessados cientes de que, após a apresentação das propostas, não serão admitidas, em nenhuma hipótese, alegações posteriores de desconhecimento do objeto a ser contratado, bem como de dificuldades técnicas não identificadas ou previstas.

4.9. Caso o fornecedor opte pela realização da vistoria, deverá manter contato com a Seção de Apoio Administrativo do Interior (SEADIN), por meio dos telefones 71 3373-7028/2003 ou e-mail seadin@tre-ba.jus.br, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data da licitação, visando ao respectivo agendamento.

SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta **automaticamente** pelo sistema www.gov.br/compras (**Portal de Compras do Governo Federal**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

5.2. A comunicação entre o **Pregoeiro/a Pregoeira** e as **licitantes** ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico, vedada outra forma de comunicação.

5.3. A **licitante** deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Somente na fase de envio de lances haverá ordem de classificação das propostas.

6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, de que trata a **Seção XI** deste Edital, em relação à proposta mais bem classificada. Somente como **medida excepcional** poderá a proposta ser excluída na fase de disputa, conforme previsão constante das **condições 7.4 e 7.4.1** deste Edital.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7.2. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- a) as **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
- b) a **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, **observada a diferença mínima de R\$ 0,02 (dois centavos) entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- c) Observada a **alínea “b”** acima, a licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos da **condição 11.3 deste Edital**.

7.3. Durante a sessão pública deste pregão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.4. Nesta fase de disputa, o **Pregoeiro/a Pregoeira** poderá, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

7.4.1. A eventual exclusão de proposta da licitante, de que trata a condição acima, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

7.5. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal).

SUBSEÇÃO I – MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO

7.7. Será adotado para envio de lances, nesta licitação, o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de lance final e fechado.

7.8. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, sem prorrogação. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.9. Encerrado o prazo aleatório acima previsto, o sistema selecionará:

- a)** O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo, podendo optar em manter seu último lance da etapa aberta.
- b)** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, podendo optar por manter seu último lance da etapa aberta.

7.10. Encerrados os prazos estabelecidos nas **alíneas a e b acima**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valores.

7.11. Não havendo licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro/a Pregoeira reiniciará a etapa fechada para as licitantes que ainda não foram convocadas, seguindo o disposto na **alínea “b” da condição 7.9 deste Edital**.

7.11.1. Na hipótese da **condição 7.11 acima**, o pregoeiro/a pregoeira deverá avisar as licitantes, via *chat* e no campo aviso do sistema, **com antecedência mínima de 24 horas**, o reinício da etapa fechada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO VIII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Havendo empate, será utilizado o critério de desempate previsto no inciso I do art. 60 da Lei 14.133/2021 (**disputa final**), no qual as licitantes empatadas poderão apresentar um novo lance fechado, em até 5 (cinco) minutos.

8.2. Após a disputa final descrita acima, persistindo o empate, serão utilizados, **na ordem em que se encontram enumerados** os critérios previstos nos demais incisos e no § 1º do art. 60, da Lei 14.133/2021, adotando-se, até que haja regulamentação específica e/ou Ato da Secretaria de Gestão do MGI, os procedimentos parametrizados de desempate, realizados de forma automática no sistema Compras.gov.br, que atualmente são os abaixo apontados, na seguinte ordem :

- a) desenvolvimento de programa de integridade, desde que a licitante tenha selecionado o campo de declaração respectiva no momento de cadastro de sua proposta. e que atenda aos requisitos do Decreto nº 12.304/2024, alertando-se para veracidade da informação, que **deverá ser comprovada, no caso de efetivado desempate com base nesse critério, sob pena de sofrer as penalidades previstas neste Edital;**
- b) preferência prevista no inciso I do § 1º do art. 60 da Lei 14.133/2021 (**não se aplica a este órgão, uma vez que integra a esfera federal, conforme adaptação do sistema ocorrida em 10 de julho de 2025, noticiada no Comunicado nº 28/25 da SEGES/MGI;**
- c) sorteio pelo sistema eletrônico da proposta vencedora, a ser realizado em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, conforme § 2º do art. 28 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

8.3. Os critérios de desempate previstos nas **condições 8.1 e 8.2 acima** também serão aplicados caso as propostas iniciais estejam empatadas e não haja envio de lances na fase competitiva.

SEÇÃO IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Na fase de julgamento, após definida a classificação das propostas, o **Pregoeiro/ a Pregoeira** poderá **negociar** condições mais vantajosas e encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.2 Caso a proposta de preço mais bem classificada esteja acima do valor estimado para a contratação, o **Pregoeiro/a Pregoeira** deverá negociar com a **licitante**, com vista à obtenção de menor preço, observadas a **condição 11.6 deste Edital**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

9.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

SEÇÃO X – DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E DO ENVIO DA PROPOSTA FINAL

10.1. A **licitante** mais bem classificada, na fase de julgamento prevista **na Seção XI deste Edital**, terá o **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, contado da solicitação do **Pregoeiro/da Pregoeira**, para encaminhamento, **exclusivamente por meio eletrônico**, pela opção “**enviar anexo**”, de arquivo contendo:

- a) a proposta final, adequada ao último lance **ofertado após a negociação prevista na Seção IX deste Edital;**
- b) a(s) **planilha(s) de custos e formação de preços do(s) posto(s) de trabalho envolvido(s) na contratação**, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital, adequada(s) ao último lance **ofertado após a negociação prevista na Seção IX deste Edital;**
- c) os documentos previstos na **Condição 10.6** deste Edital.

10.1.1. Caso seja necessário o envio de documentos complementares, a **licitante** deverá fazê-lo no prazo referido na **condição 10.1**.

10.1.2. O não envio da proposta e de documentos complementares, na forma das condições 10.1 e 10.1.1 acima, somente ensejará a desclassificação da **licitante** caso impossibilite a verificação da conformidade da proposta com o Edital e/ou a análise de aceitabilidade dos preços unitários.

10.1.3. O prazo da condição 10.1 acima poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes situações:

- a) por solicitação da **licitante**, mediante justificativa aceita pelo **Pregoeiro/pela Pregoeira**; ou
- b) de ofício, a critério do **Pregoeiro/da Pregoeira**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital.

10.2. A planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação.

10.2.1. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as **licitantes**, informa-se que foi utilizada o instrumento normativo de trabalho indicado no Anexo II deste Edital (Orçamento Estimativo) no cálculo do valor estimado pela Administração, o qual não é de uso obrigatório para formação da proposta de preços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

10.2.1.1. Será exigido o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados pela licitante, indicados na forma da condição 10.6, “c”, durante toda a execução contratual.

10.3. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela **licitante** durante a execução do contrato.

10.3.1. Para a composição do preço, a licitante deverá considerar a alíquota de 5% para o ISSQN, contudo, quando do faturamento deverá ser observada a alíquota de cada município onde está sendo prestado o serviço, nos termos do disposto no art. 3º, inciso XX, da LC 116/2003.

10.4. A alíquota do Seguro de Acidente de Trabalho/Riscos Ambientais do Trabalho (SAT/RAT) deverá observar a incidência do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

10.4.1. A alteração do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) durante a execução do contrato não será considerada para efeito de repactuação de preços, seja para redução, seja para majoração da rubrica (SAT/RAT).

10.5. A(s) planilha(s) de custos e formação de preços se constituirá em anexo obrigatório do contrato a ser celebrado com a **licitante** vencedora.

10.6. Concomitantemente com a(s) planilha(s) de custos e formação de preços, a **licitante** deverá encaminhar os seguintes documentos:

- a) declaração do regime de tributação que será adotado durante a execução do contrato, para o PIS e a COFINS (cumulativo ou não cumulativo), **(somente cabível quando se tratar de serviços de limpeza e higienização, vigilância ou serviços de engenharia);**
- b) GFIP ou outro documento hábil a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP);
- c) **declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do(s) instrumento(s) coletivo(s) de trabalho que rege(m) a(s) categoria(s) profissional(ais) que executará(ão) os serviços, utilizado(s) para elaboração da(s) planilha(s) de custos e formação de preços, seguindo o modelo constante do Anexo VII deste Edital.**
 - c.1) Alerta-se que o erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento, que resulte em vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitará a Contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021, de acordo com o Acórdão TCU nº 1207/2024 – Plenário.

10.6.1. As licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, deverão cotar, na planilha de custos e formação de preços, as alíquotas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

médias efetivamente recolhidas, referentes aos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de apresentação da proposta.

10.6.1.1. A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da renovação contratual, para que se promovam os ajustes necessários.

10.7. Recebidos os documentos, a sessão será suspensa para que o Pregoeiro/a Pregoeira possa fazer a análise da(s) planilha(s), proposta e documentos.

10.8. Na hipótese de não ser apresentada a declaração do regime de tributação que será adotado durante a execução do contrato, para o PIS e a COFINS -cumulativo ou não cumulativo-; ou Simples Nacional, se for o caso, referida na alínea “a”, **da condição 10.6**, serão aceitos os percentuais indicados na(s) planilha(s) de composição de custos, devendo a **licitante** arcar com os custos efetivos do regime a que está submetida.

10.9. Caso a **licitante** não envie os documentos previstos nas **alíneas “b” e “c”, da condição 10.6 deste Edital** (GFIP ou outro documento hábil a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção – FAP, bem como a declaração de enquadramento sindical), o **Pregoeiro/a Pregoeira** deverá realizar diligência visando suprir a omissão, observadas as **condições 12.2.3 e 12.2.3.1** deste Edital.

10.10. O inadequado preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação do preço não exime a **licitante** do cumprimento da legislação vigente e das convenções coletivas, **assumindo inteira responsabilidade por eventuais prejuízos.**

10.11. Durante a execução do contrato, a **licitante vencedora** estará obrigada a comprovar o atendimento das disposições legais e das convenções coletivas.

10.12. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, conforme o art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

10.13. O órgão contratante também não se vinculará a disposições previstas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que estabeleçam obrigações ou direitos aplicáveis apenas aos contratos firmados com a Administração Pública, de acordo com o art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

10.14. Igualmente, benefícios concedidos pela licitante por mera liberalidade não vinculam a Administração, não sendo considerados para efeito de repactuação/reajuste de preços.

10.15. Examinada(s) a(s) planilha(s), o Pregoeiro/a Pregoeira informará a **licitante** acerca dos eventuais equívocos encontrados nas diversas rubricas analisadas e que deverão ser corrigidos, observando-se as disposições constantes da **Seção XI deste Edital.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

10.16. O Pregoeiro/A Pregoeira concederá o prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para reenvio do anexo contendo a(s) planilha(s) de custos e formação de preços corrigida(s) e a proposta final corrigida, na forma da **condição 10.1**.

10.16.1. Havendo a necessidade de se promoverem outros ajustes, o prazo para reenvio do anexo contendo a(s) planilha(s) de custos e formação de preços corrigida(s) e a proposta final corrigida será de **2 (duas) horas prorrogáveis, por sucessivos e iguais períodos, se for necessário**.

10.17. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

10.17.1. Caso a proposta comercial apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos (percentuais e valores) que favoreça a contratada, esse será revertido como lucro durante o primeiro ano de vigência, procedendo-se à glosa das respectivas diferenças após esse período.

10.17.2. Caso a proposta comercial apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos (percentuais e valores) que desfavoreça a contratada, esse será mantido durante a vigência da contratação e não será objeto de repactuação. Contudo, o cumprimento dos quantitativos fixados na legislação e na convenção coletiva será exigido pela fiscalização do contrato durante toda a sua execução.

10.17.3. Caso a proposta da licitante apresente o mesmo custo estimado pela Administração para a rubrica "**transporte**", a repactuação da mencionada rubrica será concedida, desde que a empresa comprove a majoração dos custos, em momento posterior ao certame e exclusivamente quanto aos municípios que compuseram a respectiva média, entendendo-se, assim, as mesmas localidades com preços apurados por este Tribunal.

10.17.3.1. Se a proposta trazer valor diverso daquele estimado pela Administração, a licitante vencedora deverá apresentar, após a assinatura do contrato, a lista dos municípios e valores que utilizou como parâmetro, que servirá de base para a análise de eventual e futuro pleito de repactuação ou revisão.

10.18. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24.07.1991 e alterações e nos artigos 108, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 2.110/2022, a **licitante** Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional que venha a ser contratada não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em virtude do que dispõem os artigos 17, inciso XII, 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

10.19. A **licitante** optante pelo Simples Nacional que, porventura, venha a ser contratada deverá, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

10.20. Caso a **licitante** optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Eleitoral da Bahia efetuará a comunicação à Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

10.21. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão cotar em suas propostas os tributos e respectivos percentuais a que estarão sujeitas após a sua exclusão do referido regime.

10.22. A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra, de que trata a **condição 10.19**, não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da LC 123/2006, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, do mesmo diploma normativo, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

SEÇÃO XI – DA FASE DE JULGAMENTO: ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA E DA ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

11.1. O **Pregoeiro/A Pregoira** realizará a verificação da conformidade da proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e, observadas as **condições 11.3 a 11.3.2.1**, à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (**Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação**).

11.2. Quanto à **aceitabilidade dos valores constantes da(s) planilha(s) de custos e formação de preços**, tem-se que:

- a) não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado pela Administração ou com preços manifestamente inexequíveis;
- b) também não serão aceitas propostas com valor unitário da mão de obra (total da planilha de custos e formação de preços de um posto de trabalho) superior ao estimado pela administração;
- c) somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços **valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação**, consoante o art. 5º, do Decreto nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

12.174, de 11 de setembro de 2024, bem como o Acórdão TCU nº 1207/2024 – Plenário;

- d) eventuais erros no preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação de preços não são motivo para a desclassificação da proposta, quando houver a possibilidade de ser ajustada sem a necessidade de acréscimo do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação;
- e) omissão eventual de percentuais ou valores na composição dos custos e formação do preço por si só não implicará a desclassificação da proposta, salvo quanto aos componentes de custos cujos valores são definidos por lei ou instrumento normativo, e desde que o preço global para a prestação da totalidade dos serviços continue exequível;
- f) custos com eventuais materiais, equipamentos ou serviços acessórios orçados na planilha da Administração constituirão em valores máximos aceitáveis.

f1) Os valores unitários dos itens que integram as planilhas de custos com material não poderão ser superiores aos preços unitários máximos estabelecidos pela Administração

11.2.1. Ocorrendo as situações previstas na **condição acima**, a licitante poderá ajustar a planilha, sem aumento do preço ofertado, observando-se o quanto disposto nas condições **10.15 a 10.17.2, bem como 11.3 a 11.6, deste Edital.**

11.3 Constitui indício de inexecuibilidade da proposta valor inferior a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

11.3.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverá ser efetuada diligência, conforme § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, observadas as **condições 12.2.3 e 12.2.3.1** deste Edital.

11.3.2. A inexecuibilidade só será considerada se, após diligência do Pregoeiro/da Pregoeira, restar comprovado que o custo da licitante é superior ao valor de sua proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.3.2.1. A diligência efetuada poderá consistir em:

- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
- b) verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;
- c) levantamento de informações nos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social e consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;
- f) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- h) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) estudos setoriais;
- j) análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para a prestação dos serviços; e
- k) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

11.4. É ônus da **licitante** ter sempre à disposição documentos capazes de comprovar a exequibilidade de sua proposta.

11.5. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

11.6. Se o preço constante da proposta mais bem classificada for superior ao preço estimado para a contratação, e caso a **licitante**, após negociação, não aceite baixar o seu preço, será este considerado excessivo e a proposta desclassificada.

SEÇÃO XII – DA HABILITAÇÃO E DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

12.1. Após o julgamento da proposta de que trata a **Seção XI deste Edital**, o Pregoeiro/a Pregoeira passará ao exame dos documentos de habilitação, conforme disposições abaixo.

12.1.1. Será verificado, para efeito de habilitação, se a **licitante** declarou, por meio de assinalação de campo próprio do sistema, que:

- a) atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (**art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021**);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabível (**art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021**);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- c) a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, sob pena de desclassificação (§ **1º do art. 63 da Lei 14.133/2021**);
- c) não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99), conforme **inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021**.

12.1.2. Para habilitação jurídica:

- a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.1.3. Para regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751/14;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente.

12.1.4. Para regularidade trabalhista:

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

12.1.5. Para aqualificação econômico-financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante**.
- b) Balanço Patrimonial relativo aos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, apresentado na forma da lei.
 - b.1) O último exercício social exigível será o do ano **imediatamente** anterior, no caso de transcorridos os seguintes prazos para apresentação do Balanço Patrimonial:
 - b.1.1) **30 de abril**, nos termos do disposto no art. 1078 do Código Civil;
 - b.1.2) **Último dia útil do mês de maio**, para as licitantes obrigadas a adotar o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme IN-RFB 1774/2017 (Acórdãos TCU-Plenário de nºs 119/2016 e 2293/18).

12.1.5.1. Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira, relativos aos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, deverão comprovar o seguinte:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;
- b) Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) **do valor da proposta da licitante para os 12 (doze) meses – ano não eleitoral**;
- c) Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) **do valor da proposta da licitante para os 12 (doze) meses – ano não eleitoral**.

12.1.5.2. Serão inabilitadas as **licitantes** que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de liquidez ou solvência (LG, SG, LC).

12.1.5.3. É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios.

12.1.5.4. Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado por índices oficiais.

12.1.6. Para qualificação técnica:

- a) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou gerenciou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

serviços terceirizados, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos regulares contratados em decorrência desta licitação (58 POSTOS);

- 1.a.1.** Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;
 - 1.a.2.** O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, comprovados por meio do Contrato Social ou dos dados constantes do SICAF;
 - 1.a.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- b)** Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão;
 - 1.b.1.** Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;
 - 1.b.2.** Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro/da Pregoeira.

12.1.6.1. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

12.1.6.2. Somente serão aceitos atestados e/ou declarações de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

12.2. As **licitantes** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (à exceção da documentação prevista na condição 12.1.5, alínea “b” e suas subalíneas, relativa ao Balanço Patrimonial)**, ou poderão encaminhar a respectiva documentação atualizada por meio do sistema, consoante disciplinado nas **condições 12.2.1 a 12.3 abaixo**.

12.2.1 Os documentos de habilitação da **licitante** detentora da melhor oferta **não constantes do SICAF** deverão ser apresentados em formato digital, por meio da opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de **2 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da solicitação do **Pregoeiro/da Pregoeira** no sistema eletrônico. A prorrogação do referido prazo poderá ocorrer nas situações elencadas na **condição 10.1.3** deste Edital.

12.2.2 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (conforme art. 64 da Lei 14.133/2021), para:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.2.2.1. A vedação à inclusão de novo documento, prevista na **condição 12.2.2 acima**, não alcança documento que atesta **condição preexistente à abertura da sessão pública do certame**, que não foi encaminhado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro/pela Pregoeira, conforme **Acórdão 1211/2021-Plenário-TCU**.

12.2.3 O **Pregoeiro/A Pregoeira** poderá, no julgamento das propostas ou na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, de acordo com o art. 43 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

12.2.3.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, essa somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.2.4 A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar o encaminhamento da documentação original de habilitação, a qual deverá ser remetida para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, situado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, CAB, Salvador/BA, CEP 41.745-901.

12.3. Sob pena de inabilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deverão estar em nome da licitante com o número do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

12.4. No caso das alíneas da **condição 12.3**, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

12.5. Caso a **licitante** pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também a sua regularidade fiscal e trabalhista, observando-se o disposto na **condição 12.4**.

12.6. Para fins de habilitação, o **Pregoeiro/a Pregoeira** poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme § 6º do art. 39 da IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

12.7. As regularidades fiscal e trabalhista poderão ser comprovadas pela apresentação de certidão positiva com efeito de negativa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

12.8. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame.

12.9. O **Pregoeiro/A Pregoeira** efetuará, ainda, para efeitos de habilitação, consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- b) Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no seguinte endereço eletrônico, mantido pela Controladoria-Geral da União, <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;
- c) Sistema Inabilitado e Inidôneo, mantido pelo Tribunal de Contas da União, https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:10006425041264:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO;
- d) **SICAF**, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda as disposições previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021.

12.9.1. As consultas previstas nesta condição realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

12.9.2. As consultas previstas nas alíneas “a” a “c” realizadas em nome da pessoa jurídica poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantida pelo TCU, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

12.9.3. Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro/a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

12.9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

12.9.3.2. A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º), **sendo necessária a análise jurídica prévia**, conforme art. 160 da Lei 14.133/2021.

12.10. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

12.11. Serão declaradas inabilitadas as **licitantes** cujos documentos não atendam aos requisitos aqui estabelecidos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SUBSEÇÃO I – DA CONSULTA AO CADIN

12.12. Conhecida a licitante vencedora e antes do encerramento da sessão pública, o pregoeiro/a pregoeira realizará consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin, haja vista que, consoante disposto no art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, a existência de registro no referido cadastro constitui fator impeditivo para que a Administração Pública Federal celebre contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos.

12.13. Constatada a existência de registro, o pregoeiro/a pregoeira alertará a licitante vencedora para que providencie a devida regularização até que seja convocada para a assinatura do contrato, sob pena de, em caso de não regularização, o ajuste não ser celebrado.

SECÃO XIII – DOS RECURSOS

13.1. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer **licitante** poderá apresentar intenção de recurso, de forma imediata e no prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à **licitante** declarada vencedora.

13.2. As **razões do recurso** deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.2.1. O prazo para apresentação de contrarrazões será, igualmente, de **3 (três) dias úteis** e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.2.2. A apreciação do recurso pelo **Pregoeiro/pela Pregoeira** dar-se-á em fase única.

13.3. Será assegurado às **licitantes** vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, conforme §5º do art. 165 da Lei 14.133/2021.

13.4. O **Pregoeiro/A Pregoeira** receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.

13.5. Mantida a decisão pelo **Pregoeiro/pela Pregoeira**, o recurso será apreciado pela autoridade competente.

13.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SECÃO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, para fins do disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

14.2. Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia poderá adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, determinando a consequente contratação.

SECÃO XV – DO CONTRATO

15.1. Após a adjudicação e a homologação, será firmado contrato com a **licitante vencedora**, nos termos da minuta constante do **Anexo III**, com cláusulas regidas pela Lei nº 14.133/2021, integrando-o, ainda, os dados constantes da proposta vencedora, bem como as condições estatuídas neste ato convocatório.

15.2. O prazo de vigência da contratação está previsto no instrumento contratual e Projeto Básico.

15.3. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de **05 dias úteis**, contados da respectiva convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, o qual poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal.

15.3.1 A convocação para assinatura do contrato será precedida de consulta ao **Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin** e da verificação da manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.

15.3.1.1. A existência de registro no Cadin constitui **fator impeditivo para a celebração do contrato**, conforme art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002 (incluído pela Lei nº 14.973/2024), devendo a Adjudicatária regularizar sua situação dentro do **prazo da condição 15.3 acima**, sob pena de decair o direito à contratação.

15.3.2. O contrato deverá ser assinado, preferencialmente, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE-BA, com uso de login e senha, mediante prévio credenciamento do representante legal da empresa ou procurador devidamente autorizado, por meio do link <https://www.tre-ba.jus.br/institucional/portal-do-sei/portal-do-sei>, no qual consta o Guia de Usuário Externo, respeitado o prazo previsto na **condição 15.3**.

15.3.2.1. Concluído o credenciamento pelo fornecedor diretamente no Portal do SEI do TRE-BA, este receberá mensagem de confirmação automática do sistema, com os procedimentos adicionais para finalização do cadastro e envio da seguinte documentação à Seção de Protocolo e Expedição - SEPEX, por intermédio do e-mail protocolo@tre-ba.jus.br, com cópia para a Seção de Contratos, secont@tre-ba.jus.br, cabendo ao remetente confirmar o recebimento junto aos destinatários, e indicar, no campo “assunto da mensagem”, que se trata de “cadastro de usuário externo para assinatura de contratos e instrumentos congêneres:

- a) termo de Declaração de Concordância e Veracidade, disponível no Portal SEI do TRE-BA. No item 1.3. do termo (motivo do cadastramento), assinalar a opção "Assinatura de termos, acordos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

e contratos com o TRE-BA – N.º do processo SEI (se houver) e indicar o número do SEI n.º 0010327-42.2025.6.05.8000 .

- b) documento de identificação oficial com foto;
- c) comprovante de inscrição em Cadastro de Pessoa Física CPF;
- d) comprovante de residência, emitido, no máximo, há 6 (seis) meses da data do cadastro.

15.3.2.2. Finalizado o cadastro, a requerente receberá um e-mail com aviso de liberação do seu acesso como usuária externa ao SEI do TRE-BA, e receberá o link para assinatura do contrato no referido sistema no prazo estabelecido na **condição 15.3**.

15.3.2.3. A Adjudicatária deverá, tão logo homologado o procedimento no sistema, adotar as providências previstas na **condição 15.3.2**.

15.3.3. Alternativamente, será permitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, ou por outro meio idôneo legalmente admitido, podendo o documento ser enviado por correio eletrônico ou mediante aviso de recebimento para o destinatário ou para a destinatária, que o assinará e o devolverá, pelo mesmo modo, ao TRE-BA, observado o prazo estabelecido na **condição 15.3**.

15.3.4. Ao assinar o contrato, a Adjudicatária **automaticamente expressa seu inequívoco consentimento** para que a Administração contratante realize os descontos nas faturas e o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

15.3.4.1. A Seção de Contratos informará à Adjudicatária, por ocasião da assinatura do instrumento contratual, a relação de entidades conveniadas por este Tribunal, responsáveis pela política de atenção a mulheres em situação de vulnerabilidade econômico-social, nos termos da alínea “u” da Cláusula Sexta da minuta constante do Anexo IV deste Edital.

15.4. Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido na **condição 15.3**, será facultado à Administração, **através do Pregoeiro/da Pregoeira**, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para aceitar a contratação **nas condições propostas pela licitante vencedora**, observando-se o disposto no § 2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

15.4.1. Considera-se proposta em iguais condições à da licitante vencedora aquela que adote o mesmo valor total a ela adjudicado, independentemente da composição de custos apresentada pela licitante remanescente.

15.4.2. Será concedido à licitante o prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado a partir da data de convocação, para manifestação de interesse, que deverá ocorrer **mediante a apresentação da documentação da proposta**, observando-se as **condições 10.1 a 10.1.3, 10.16 e 10.16.1 deste Edital**, prosseguindo-se no chamamento das demais classificadas,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

quando houver inobservância a esse lapso temporal ou quando a licitante manifestar **expressamente** no *chat* da sessão o seu desinteresse.

15.4.3. Para habilitação da licitante remanescente deverá ser observada a **Seção XII** deste Edital.

15.4.4. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos da **condição 15.4 acima**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, conforme disposto no § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, **mesmo que acima do preço da adjudicatária**;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, conforme disposto no § 5º do art. 90 da Lei 14.133/2021.

15.6.1. A regra da condição **15.5 acima** não se aplicará às licitantes remanescentes convocadas na forma da **alínea “a” da condição 15.4.4.**

15.6. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

15.7. Será facultada à Administração, em casos de rescisão contratual, quando já iniciada a execução do ajuste, a convocação dos demais licitantes classificados, para a contratação do remanescente de obra, do serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, notadamente no que diz respeito à verificação da ordem de classificação, apresentação de documentação (proposta e documentos de habilitação), valores e negociação.

SUBSEÇÃO I – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.8. Será exigida garantia de execução de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, de acordo com as regras constantes do Termo de Referência.

SUBSEÇÃO II – DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

15.9. Para garantir o cumprimento das obrigações trabalhista e previdenciárias pela Contratada, será deduzido do valor mensal do contrato, e depositado em conta-depósito vinculada, o somatório dos valores correspondentes às rubricas indicadas no art. 3º da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Resolução CNJ nº 651/2025, **Anexo V** deste Edital, conforme regras e percentuais previstos na **Cláusula Sétima do Contrato**.

SEÇÃO XVI – MODELOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E GESTÃO
CONTRATUAL

16.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução do serviço, incluindo os prazos e condições de **conclusão, entrega e recebimento do objeto**, constam no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

16.2. A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas.

SEÇÃO XVII – DAS SANÇÕES PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS NA
LICITAÇÃO E PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

17.1. De acordo com o § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, **PELO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) ANOS**, sem prejuízo de eventual multa prevista no edital, contrato ou termo de referência, a **licitante** ou **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave prevista na **condição 17.2 deste Edital**, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando;
 - b.1)** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, na situação prevista na **condição 10.1.2 deste Edital**, ou seja, quando a ausência do documento ajustado impossibilitar a verificação da conformidade com o Edital e/ou a análise de aceitabilidade dos preços unitários;
 - b.2)** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;
 - b.3)** deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital.
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- e) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- f) dar causa à inexecução total do contrato.

17.2. De acordo com o § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será **DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR E CONTRATAR** com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **PELO PRAZO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) ANOS E MÁXIMO DE 6 (SEIS) ANOS**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, bem como de eventual sanção de multa prevista no edital, contrato, termo de referência, a **licitante** ou **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2.1. Para os fins da **alínea “c”**, reputar-se-á como comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

17.3. De acordo com o § 2º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será aplicada a sanção de **ADVERTÊNCIA** exclusivamente aos casos de inexecução parcial, desde que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

17.4. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, penalidade que poderá ser imputada cumulativamente às sanções estabelecidas nas **condições 17.1, 17.2 e 17.3 deste Edital**.

17.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, ressalvada a hipótese de convocação de licitante remanescente na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

17.6. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido nos artigos. 156 a 163 da Lei 14.133/2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE-BA.

17.7. A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE/BA.

17.8. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

17.9. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas **condições 17.7 e 17.8**, será a Licitante ou Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União– GRU, no prazo de 30 dias, contados do recebimento da intimação.

17.10. As situações mencionadas nos incisos I a IV e IX do art. 137 da Lei 14.133/2021, podem ensejar, a critério da Administração, a extinção do contrato.

17.11. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos nos artigos 166 e 167 da Lei 14.133/2021.

SEÇÃO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos sobre os termos do edital de licitação, ou apresentar impugnação, por suposta irregularidade na aplicação da lei.

18.1.1. O pedido de esclarecimento e a impugnação poderão ser enviados diretamente ao Pregoeiro/à Pregoeira, via e-mail rpaz@tre-ba.jus.br, ou por meio do Protocolo Digital (conforme orientações disponíveis em: <https://www.tre-ba.jus.br/institucional/portal-do-sei/portal-do-sei>), ou ainda, protocolados de forma presencial no Tribunal, de segunda a sexta-feira, no período das 8h às 13h.

18.2. Eventuais consultas poderão ser realizadas por intermédio do telefone (71) 3373-7110, de segunda a sexta-feira, no período das 8h às 14h.

18.3. Caberá ao Pregoeiro/à Pregoeira manifestar-se acerca dos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data em que recebê-los, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, observando o seguinte:

- a) o Pregoeiro/a Pregoeira poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- b) manifestando-se sobre a impugnação, o Pregoeiro/a Pregoeira deverá encaminhá-la, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão;
- c) a impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro/pela pregoeira nos autos do processo de licitação;
- d) acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame.

18.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão licitante e no sistema, dentro do prazo estabelecido na **condição 18.3** acima, e vincularão os participantes e a Administração.

SEÇÃO XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, se verificada ilegalidade insanável no procedimento; ou revogada por motivos de conveniência ou oportunidade decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado mediante decisão fundamentada, assegurada prévia manifestação dos interessados.

19.1.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

19.1.2. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação dos aspectos elencados no art. 147 da Lei 14.133/2021.

19.2. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos www.gov.br/compras e <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

19.4. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

19.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

19.6. O Pregoeiro/A Pregoeira ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação.

19.7. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

19.8. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

19.9. Ao participar de processo licitatório o titular dos dados manifesta, automaticamente, seu **inequívoco consentimento** para tratamento dos dados pessoais pela Administração, conforme autorização legal prevista no art. 7º, incisos I, II e V da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/18**.

19.9.1. Os documentos habilitatórios, exigidos neste Edital, ficarão acessíveis e disponíveis ao público, com todos os dados pessoais neles constantes, por força do cumprimento do dever de publicidade previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Salvador, 29 de outubro de 2025

Raul Almeida da Paz

Pregoeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90020/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços terceirizados de limpeza, higienização e conservação e jardinagem, bem como serviços eventuais de capinagem, com cessão de mão de obra residente e fornecimento de material de consumo e equipamentos necessários, com alocação de postos de trabalho de servente de limpeza e auxiliar de jardinagem, a serem executados nas unidades da Justiça Eleitoral no interior do estado da Bahia, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos mediante especificações reconhecidas e usuais de mercado, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, não inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos deste Tribunal.

1.3. Trata-se de serviços prestados de forma contínua, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme inciso XVI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, em razão de sua essencialidade para manutenção da atividade administrativa, sendo decorrentes de necessidades permanentes, cuja interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional deste Tribunal.

1.4. A presente contratação adotará como critério de julgamento o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, e como regime de execução o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, observando-se o regime unitário apenas em relação ao fornecimento dos materiais, conforme regras estabelecidas no instrumento convocatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os serviços de limpeza e conservação e jardinagem, além dos serviços eventuais de capinagem, são necessários ao funcionamento das instalações da Justiça Eleitoral do Estado da Bahia para garantir os padrões mínimos de higiene, limpeza e salubridade dos fóruns e cartórios eleitorais, sendo imprescindível sua prestação durante todo o horário de funcionamento, em razão do grande fluxo de pessoas nestas unidades.

2.2. A justificativa para a contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional vigente, em especial aos seguintes objetivos: Prestar serviço de qualidade ao público e Promover a sustentabilidade ambiental.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

2.3. A relação entre o quantitativo do objeto a ser contratado, previsto neste Termo de Referência, e a demanda da Administração a ser atendida encontra-se demonstrada no Estudo Técnico Preliminar divulgado no Portal da Transparência deste Tribunal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e entre as obrigações da Contratada, os quais se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), adotado por este Tribunal por força da [Portaria TRE-BA nº 453/2022](#), devem ser atendidos os seguintes requisitos:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.

b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.”

4.1.2. Em atendimento ao disposto no art. 2º, VI da Resolução CNJ nº 418/2021, alterada pela Resolução CNJ nº 540/2023, considerando a natureza da solução proposta, deverá ser reservado percentual de, no mínimo, 50% das vagas a mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia.

4.1.3. Em atendimento ao disposto nos arts. 2º e 3º, §4º da Resolução CNJ nº 497/2023, considerando a natureza da solução para a qual se prevê quantitativo de, no mínimo, 25 colaboradores, deverá ser reservado percentual de, no mínimo, 5% das vagas a mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social.

4.2. VISTORIA PRÉVIA FACULTATIVA

4.2.1. A vistoria prévia é facultativa, não se consubstanciando em condição para a contratação. Contudo, ficam os interessados cientes de que, após a apresentação das propostas, não serão admitidas, em nenhuma hipótese, alegações posteriores de desconhecimento do objeto a ser contratado, bem como de dificuldades técnicas não identificadas ou previstas.

4.2.2. Caso o fornecedor opte pela realização da vistoria, deverá manter contato com a Seção de Apoio Administrativo do Interior (SEADIN), por meio dos telefones 71 3373-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

7028/2003 ou e-mail seadin@tre-ba.jus.br, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data da licitação, visando ao respectivo agendamento.

4.3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

4.3.1. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.3.1.1. A prestação dos serviços ocorrerá nas dependências dos fóruns e cartórios eleitorais, depósitos de urnas, inclusive os temporários, além do Centro de Apoio Técnico II (CAT-II), nos municípios elencados no item **4.3.2.2.1** deste Termo de Referência.

4.3.1.2 Poderá haver alteração do local onde serão prestados os serviços, bem como acréscimo ou supressão de posto de trabalho, diante da possibilidade de rezoneamento (criação/extinção/alteração de zonas eleitorais), mudança de endereço da sede do Cartório Eleitoral (dentro do mesmo município) ou mudança da sede da zona eleitoral (mudança de município).

4.3.1.3. As alterações contratuais, inclusive acréscimos e reduções de postos de trabalho, serão solicitadas pela Equipe de Gestão do Contrato, após manifestação da Contratada, observados os percentuais estabelecidos em lei.

4.3.2. POSTOS DE TRABALHO

Item	Posto de Trabalho	Jornada	Quantidade de Postos
1	Servente de Limpeza (CBO 5143-20)	25 horas semanais	115
2	Auxiliar de Jardinagem (CBO 9922-25)	25 horas semanais	02

4.3.2.1. SERVIÇOS EVENTUAIS

Item	Descrição	Quantitativo Estimado em metro quadrado (m ²)
1	Capinagem	9.478,19



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.3.2.2. QUANTITATIVO DE POSTOS POR MUNICÍPIO SEDE DA ZONA ELEITORAL

4.3.2.2.1. Os postos de trabalho serão alocados nos municípios indicados a seguir:

Zona Eleitoral	Município Sede da Zona Eleitoral	Área construída (m ²)	Quantidade de postos de trabalho	
			Serventes de limpeza	Auxiliar de Jardinagem
163 ^a	Alagoinhas	689,52	02	-
036 ^a	Amargosa	235,82	01	-
123 ^a	Araci	91,72	01	-
126 ^a	Baianópolis	133,9	01	-
077 ^a	Barra	146,00	01	-
139 ^a	Barra do Choça	186,69	01	-
070 ^a e 075 ^a	Barreiras	510,45	02	-
71 ^a	Bom Jesus da Lapa	600,00	01	-
090 ^a	Brumado	263,33	01	-
166 ^a	Buerarema	250,00	01	-
093 ^a	Caculé	75,00	01	-
133 ^a	Camacan	105,00	01	-
170 ^a e 171 ^a	Camaçari	937,48	03	-
078 ^a	Camamu	191,92	01	-
174 ^a	Canarana	234,24	01	-
127 ^a	Candeias	269,60	01	-
191 ^a	Capim Grosso	126,00	01	-
043 ^a	Castro Alves	63,70	01	-
129 ^a	Catu	85,05	01	-
082 ^a	Cícero Dantas	73,46	01	-
132 ^a	Conceição do Coité	188,00	01	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

192 ^a	Conceição do Jacuípe	194,00	01	-
085 ^a	Curaçá	200,00	01	-
142 ^a	Cruz das Almas	340,28	01	-
186 ^a	Dias D'Ávila	182,24	01	-
152 ^a	Encruzilhada	83,84	01	-
144 ^a	Entre Rios	82,00	01	-
102 ^a	Euclides da Cunha	250,52	01	-
188 ^a e 203 ^a	Eunápolis	317,00	01	-
154 ^a , 155 ^a , 156 ^a e 157 ^a	Feira de Santana	1105	03	-
CAT-II	Feira de Santana	968,31	01	01
151 ^a	Gandu	298,00	01	-
064 ^a	Guanambi	328,27	01	-
173 ^a	Ibotirama	65,00	01	-
168 ^a	Igaporã	84,00	01	-
025 ^a e 026 ^a	Ilhéus	783,90	02	-
044 ^a	Inhambupe	70,00	01	-
024 ^a	Ipiaú	205,00	01	-
062 ^a	Ipirá	292,58	01	-
074 ^a	Irará	172,92	01	-
095 ^a	Irecê	430,26	01	-
027 ^a e 028 ^a	Itabuna*	454,00	02	01
147 ^a	Itagibá	143,00	01	-
136 ^a	Itajuípe	130,00	01	-
172 ^a	Itamaraju	200,00	01	-
201 ^a	Itambé	263,12	01	-
141 ^a	Itaparica	191,59	01	-
138 ^a	Itarantim	127,00	01	-
058 ^a	Ituaçu	1494,50	01	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

032 ^a	Ituberá	90,00	01	-
092 ^a	Jacaraci	64,00	01	-
046 ^a e 167 ^a	Jacobina	604,10	02	-
022 ^a e 023 ^a	Jequié	773,45	02	-
051 ^a	Jeremoabo	161,60	01	-
047 ^a e 048 ^a	Juazeiro	755,00	02	-
180 ^a	Lauro de Freitas	110,00	01	-
204 ^a	Lençóis	120,00	01	-
101 ^a	Livramento de Nossa Senhora	140,00	01	-
205 ^a	Luís Eduardo Magalhães	137,48	01	-
037 ^a	Maracás	155,00	01	-
185 ^a	Mata de São João	150,00	01	-
153 ^a	Medeiros Neto	93,20	01	-
103 ^a	Miguel Calmon	96,75	01	-
50 ^a	Monte Santo	145,50	01	-
055 ^a	Morro do Chapéu	144,64	01	-
035 ^a	Mucuri	212,00	01	-
054 ^a	Mundo Novo	64,00	01	-
131 ^a	Muritiba	176,23	01	-
109 ^a	Mutuípe	190,40	01	-
030 ^a	Nazaré	220,00	01	-
079 ^a	Nova Soure	101,05	01	-
111 ^a	Paramirim	110,00	01	-
084 ^a e 181 ^a	Paulo Afonso	270,00	01	-
059 ^a	Poções	139,75	01	-
121 ^a e 122 ^a	Porto Seguro	209,19	01	-
112 ^o	Prado	76,80	01	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

106 ^a	Queimadas	455,83	01	-
067 ^a	Remanso	192,00	01	-
196 ^a	Retirolândia	108,00	01	-
114 ^a	Riachão do Jacuípe	145,80	01	-
113 ^a	Riacho de Santana	308,00	01	-
110 ^a	Ribeira do Pombal	397,73	01	-
49 ^a	Rio Real	130	01	-
087 ^a	Ruy Barbosa	175,16	01	-
107 ^a	Santa Terezinha	176,00	01	-
056 ^a e 202 ^a	Santo Antônio de Jesus	188,37	01	-
100 ^a	São Desidério	285,56	01	-
184 ^a	São Felipe	110,69	01	-
162 ^a	São Francisco do Conde	68,00	01	-
108 ^a	São Gonçalo Campos	104,72	01	-
128 ^a	São Sebastião do Passé	175,00	01	-
115 ^a	Saúde	255,00	01	-
088 ^a	Seabra	320,40	01	-
45 ^a	Senhor do Bonfim	136,30	01	-
150 ^a	Serrinha	80,00	01	-
183 ^a	Teixeira de Freitas	170,00	01	-
080 ^a	Tucano	209,19	01	-
134 ^a	Ubatã	90,00	01	-
031 ^a	Valença	317,82	01	-
120 ^a	Valente	144,00	01	-
039 ^a , 040 ^a e 041 ^a	Vitória da Conquista	1112,00	03	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

197ª	Wenceslau Guimarães	109,00	01	-
Total			115	2

Observação 1 - Encontra-se em andamento a reforma do Fórum Eleitoral de Itabuna, situado à Avenida Juca Leão, s/nº, Centro, Itabuna-BA, conforme SEI nº 0012223-57.2024.6.05.8000, prédio recebido em doação pela SPU. Dotado de área construída de 1.802m2 (hum mil oitocentos e dois metros quadrados) e área verde de 5.898 m2 (cinco mil, oitocentos e noventa e oito metros quadrados). Após o recebimento definitivo da obra, deverão ser alocados 02 (dois) postos de servente de limpeza e 01 (um) posto de auxiliar de jardinagem.*

4.3.2.2.2. Os **serviços eventuais** de Capinagem serão solicitados de acordo com a demanda, observando-se as peculiaridades de cada imóvel para definição da frequência (semanal, quinzenal ou mensal). Os serviços serão solicitados, compostos e pagos por metro quadrado, em conformidade com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, no Contrato e na proposta da Licitante.

4.3.2.2.3. A Contratada deverá seguir o plano de execução de serviços de jardinagem e de capinagem, conforme Anexo B deste Termo de Referência, observando as especificidades de cada imóvel abrangido pela contratação, inclusive no que tange à periodicidade (serviços eventuais).

4.3.2.2.4. Os postos de servente de limpeza e auxiliar de jardinagem destinados para o Centro de Apoio Técnico II (CAT-II), localizado à Avenida Rio de Janeiro, s/nº, Feira de Santana-BA deverão desempenhar suas atividades exclusivamente nesse imóvel, não podendo ser deslocados, ainda que temporariamente, para atuarem no Fórum Eleitoral de Feira de Santana. O posto de Auxiliar de Jardinagem alocado no CAT-II é igualmente exclusivo desse imóvel em função da grande área verde que possui o CAT-II (6.424,24m2), o que exige permanente capinagem e roçagem das áreas verdes, rastelamento e retirada de massa verde, poda de árvores, retirada de ervas daninhas, plantação, rega e outros cuidados diários com jardins, inclusive por razões de segurança, melhorando a visibilidade dos vigilantes ali alocados, fortalecendo os elementos necessários à segurança dos bens patrimoniais ali depositados. No que se refere à área ajardinada do Fórum Eleitoral de Feira de Santana, essas áreas serão objeto de serviços eventuais de capinagem e poda, previstos neste Termo de Referência.

4.3.2.3. ACRÉSCIMO DE POSTOS EM ANO ELEITORAL E SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

4.3.2.3.1. Em ano eleitoral, assim entendido aquele em que ocorrerem eleições, inclusive suplementares, plebiscito ou referendo, poderá haver o **acréscimo de postos de servente de limpeza**, no período que antecede o encerramento do cadastro e nos períodos que antecedem e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

sucedem a eleição, a critério da Contratante. Não haverá acréscimo de postos de Auxiliar de Jardinagem em período eleitoral.

4.3.2.3.2. Nos anos em que ocorrem eleições regulares (eleições gerais ou municipais), o dia do pleito recai no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo do mesmo mês, em segundo turno. O encerramento do cadastro nesses anos ocorre 150 (cento e cinquenta) dias antes da data do pleito.

4.3.2.3.2.1. As datas das eleições suplementares, dos referendos e dos plebiscitos são estabelecidas nas normas que determinarem a sua realização.

4.3.2.3.3. No período eleitoral são locados imóveis para acondicionamento e desenvolvimento de atividades de manutenção e de lacração de urnas eletrônicas, que são transportadas da Capital para os respectivos municípios, os Depósitos Temporários de Urnas Eletrônicas. Poderá ser solicitado acréscimo de 1 (um) posto de serviço de servente de limpeza para cada uma dessas unidades, não havendo previsão de acréscimo de posto de auxiliar de jardinagem para esses imóveis. No planejamento atual das eleições prevê-se a contratação de 5 (cinco) depósitos de urnas temporários nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Conceição do Coité, Teixeira de Freitas, Itapetinga e Paulo Afonso. Porém esse número não é taxativo e poderá ser modificado de acordo com a necessidade desta Justiça Eleitoral. Assim, nos anos em que ocorrerem eleições, plebiscitos ou referendos, a Contratante poderá solicitar acréscimos temporários de postos, observando os quantitativos e períodos a seguir relacionados:

POSTO DE TRABALHO	QUANTITATIVO ESTIMADO DE POSTOS	PERÍODO ESTIMADO
Servente de Limpeza (jornada 25 horas)	99	01/09 a 04/10 (34 dias)
Servente de Limpeza (jornada 25 horas) Polos de urnas	10	17/08 a 09/10 (54 dias)
Auxiliar de Jardinagem	-	-

4.3.2.3.3.1. O quantitativo e o período de acréscimo fixados no item **4.3.2.3.3.** são estimados e somente serão autorizados para atender demandas temporárias vinculadas ao serviço eleitoral.

4.3.2.3.4. Para fins de cálculo de transporte no período eleitoral, deve ser considerada a execução de horas trabalhadas nos dias úteis, nos sábados, domingos ou feriados, conforme tabela do **item 4.3.2.3.3.**

4.3.2.3.5. Em ano eleitoral, excepcionalmente, a Contratante poderá autorizar a execução de **serviços extraordinários (horas extras)** com o escopo de atender a situações de aumento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

excepcional de atividades que não puderem ser realizadas no horário normal de trabalho, para os seguintes postos e períodos:

a) postos regulares e temporários, especificamente quanto ao posto de servente de limpeza, no período que antecede o encerramento do cadastro e nos períodos que antecedem e sucedem a eleição, a critério da Contratante;

b) não haverá prestação de serviço extraordinário em período eleitoral para o posto de Auxiliar de Jardinagem.

4.3.2.3.6. Os serviços extraordinários, para o posto de servente de limpeza, poderão ser realizados em dias úteis, bem como aos sábados, domingos e feriados e serão requisitados à Contratada de acordo com a necessidade, observando-se os limites estabelecidos na legislação trabalhista, o respeito ao descanso semanal remunerado e as quantidades anuais estimadas de horas, conforme segue:

PERÍODO	Ano Eleitoral (QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS)	
	Dias úteis e Sábados (h)	Domingos e feriados (h)
FECHAMENTO DE CADASTRO	792	297
ELEIÇÕES – 1º E 2º TURNOS	2076	2628

4.3.2.3.7. A Contratada será remunerada pela prestação de horas extras utilizando-se da seguinte fórmula:

$$vhe = [rem \times (1+13fa) \times (1+es) \times (1+i) \times (1+ci) \times (1+l) \div d] / (1-t), \text{ onde:}$$

vhe = valor da hora extra;

rem = remuneração

13fa = incidência sobre 13º salário, férias e adicional

es = encargos sociais relativos ao módulo 2.2 da planilha de custo e formação de preços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

i = índice referente ao acréscimo legal sobre a hora normal, previsto na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho - CCT ou, na sua falta, na legislação trabalhista;

ci = custos indiretos;

ℓ = lucro.

d = divisor, de acordo com a jornada mensal prevista na CCT ou, na sua falta, na legislação trabalhista;

t = Tributos incidentes sobre o faturamento

4.4. REMUNERAÇÃO E OUTROS BENEFÍCIOS DOS PROFISSIONAIS

4.4.1. REMUNERAÇÃO

4.4.1.1. A remuneração dos profissionais observará o que for estabelecido na respectiva norma coletiva, se houver, na legislação trabalhista e na proposta da Contratada.

4.4.2. TRANSPORTE

4.4.2.1. O transporte compreenderá o valor integral da condução necessária ao deslocamento do empregado de sua residência para o local da prestação do serviço e vice-versa. O valor deverá ser pago, integralmente, no primeiro dia útil do mês da prestação dos serviços.

4.4.2.2. Para fins de cálculo de transporte, durante o período estimado de postos extras (servente de limpeza), conforme tabela do **item 4.3.2.3.3**, deve ser considerada a execução de horas trabalhadas nos dias úteis, nos sábados, domingos ou feriados.

4.4.2.3. No que se refere ao posto de auxiliar de jardinagem, não há previsão de postos extras ou prestação de serviço extraordinário em ano eleitoral.

4.5. FORNECIMENTO DE UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

4.5.1 FORNECIMENTO DE UNIFORMES

4.5.1.1. A Contratada deverá providenciar para que os profissionais indicados se apresentem às respectivas unidades deste Tribunal trajando uniformes fornecidos às expensas da empresa. Os uniformes deverão ser aprovados previamente pela Fiscalização do Contrato e, a pedido desta, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações.

4.5.1.2. Os uniformes deverão conter as características básicas descritas abaixo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

UNIFORMES			
Servente de Limpeza			
Item	Peça	Descrição	Qtde.
1	Calça	Comprida, com elástico e cordão, de gabardine.	2
2	Camisa	Malha fria PV, gola careca.	2
3	Par de Meia	De algodão, tipo soquete.	4
4	Calçado	Tênis preto em couro, solado baixo, com palmilha antibacteriana.	2
5	Crachá completo	Deverá conter nome, foto, função, RG, grupo sanguíneo e fator Rh do profissional.	1
Auxiliar de Jardinagem			
1	Calça	Comprida, com elástico e cordão, de gabardine.	2
2	Camisa	Malha fria PV, gola careca.	2
3	Par de Meia	De algodão, tipo soquete.	4
4	Calçado	Sapato bidensidade de poliuretano preto	2
5	Crachá completo	Deverá conter nome, foto, função, RG, grupo sanguíneo e fator Rh do profissional.	1

4.5.1.3. O primeiro conjunto de uniforme deverá ser entregue com antecedência suficiente para que os empregados iniciem as atividades já uniformizados.

4.5.1.4. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto a tecido, cor, modelo, desde que previamente aceitas pela Contratante.

4.5.1.5. O crachá deverá conter o nome do profissional, foto recente, função, número de carteira de identidade, grupo sanguíneo e fator Rh e deve ser afixado na parte superior esquerda do uniforme.

4.5.1.6. Os custos do uniforme e crachás não poderão ser repassados ao ocupante do posto de trabalho. A Contratada não poderá exigir do empregado o uniforme usado, quando da entrega dos novos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.5.2. ESTIMATIVA DE MATERIAL DE LIMPEZA

4.5.2.1. Para efeito de estimativa de cálculo do material de limpeza que será necessário para atender às necessidades dos serviços, está relacionada abaixo a média de consumo mensal destes insumos, por posto de trabalho (servente de limpeza). A licitante deverá apresentar uma planilha anexa à de formação de preços, contendo os valores unitários dos materiais abaixo especificados, preços estes que serão reajustados em conformidade com a previsão contratual.

4.5.2.2. Em anos eleitorais, nos meses de maio, agosto a outubro e novembro, caso haja segundo turno das eleições, deve-se acrescentar em 25% o quantitativo do material de limpeza, por posto de serviço (servente de limpeza).

a) CONSUMO MÉDIO MENSAL ESTIMADO POR POSTO DE TRABALHO
SERVENTE DE LIMPEZA

Material	Unidade	Quant.
Água sanitária	L	2
Álcool em gel 70%	L	3
Álcool Líquido 70%	L	3
Desinfetante concentrado	L	4
Desodorizante para sanitário (desodor)	Un.	6
Detergente líquido para lavar louças	L	1
Esponja dupla face	Un.	2
Limpa vidros	L	0,5
Flanela	Un.	2
Inseticida spray (sem CFC – uso doméstico)	Un.	1
Palha de aço	Pct	1
Pano para chão	Un.	3
Papel higiênico, rolo de 30m cada, picotado, resistente, branco, folha dupla, absorvente, neutro, sem perfume, 100% fibras celulósicas, não perecíveis	Rolo	32
Papel toalha de luxo (fardo com 1.250 folhas cintadas de 250, branco, liso, macio, absorvente, dobrado para uso em porta-papel, formato 23x27cm, não perecível	Fardo	3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Purificador de ar spray (sem CFC)	Un.	1
Sabão em pó	Kg	2
Sabonete líquido concentrado	L	4
Saco plástico preto resistente para lixo de 100 litros	Un.	8
Saco plástico preto resistente para lixo de 200 litros	Un.	4
Saco plástico preto resistente para lixo de 60 litros	Un.	30
Saco plástico preto resistente para lixo de 40 litros	Un.	8
Par de luvas de borracha própria para atividades insalubres	Un.	1

b) CONSUMO MÉDIO ANUAL ESTIMADO POR POSTO DE TRABALHO
SERVENTE DE LIMPEZA

Material	Unidade	Quant.
Desentupidor de pia	Un.	1
Espanador	Un.	2
Escova com cerdas de nylon	Un.	3
Balde plástico com alça (capacidade 10 litros)	Un.	3
Balde plástico com alça (capacidade 20 litros)	Un.	3
Rodo (cabo e base já fixados) 60cm	Un.	2
Pá para lixo com cabo longo	Un.	3
Vassoura de pelo sintético (com o cabo e a base já fixados)	Un.	3
Vassoura de piaçava grande (com o cabo e a base já fixados) 60cm	Un.	2
Vassoura de piaçava pequena (pia)	Un.	2
Vassoura gari	Un.	2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

c) CONSUMO MÉDIO ANUAL ESTIMADO MATERIAL DE JARDINAGEM POSTO DE SERVIÇO: AUXILIAR DE JARDINAGEM

Material	Unidade	Quant.
Terra vegetal	m ³	05
Adubo	kg	50
Pesticida	l	20
Uréia	kg	50
Formicida granulada	kg	20
Húmus de minhoca	kg	10
Óleo de Motor	l	12
Nylon para roçadeira (3mm)	m	50
Gasolina comum	l	80

4.5.2.3. Os quantitativos dos materiais de consumo são meramente estimativos. A Contratante efetuará o pagamento de acordo com a quantidade efetivamente consumida, conforme medição mensal.

4.5.2.4. Baseando-se nas Planilhas de Preços e Consumo Estimados de Materiais, será verificado o seguinte:

4.5.2.5. A eventual existência de saldos que poderá implicar redução equivalente no valor da fatura;

4.5.2.6. Os produtos encaminhados deverão estar acompanhados das notas fiscais correspondentes e/ ou relação detalhada, as quais deverão ser recebidas e conferidas pelo fiscal do contrato na unidade cartorária onde está sendo prestado o serviço. Essa relação, atestada pelo fiscal do contrato na unidade cartorária, deverá acompanhar a nota fiscal/fatura dos serviços quando do envio para pagamento.

4.5.2.7. Os materiais constantes deste anexo serão faturados por medição, ou seja, será efetuado o pagamento conforme o quantitativo consumido no mês, após conferência realizada pela equipe de gestão do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.5.3. EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA E DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

4.5.3.1. Os equipamentos de **limpeza** a serem utilizados pelos postos fixos de servente de limpeza devem estar adequadas e em permanentes condições de funcionamento, sob pena de ser exigida sua imediata substituição.

Serão necessários para cada município elencados no item **4.3.2.2.1**.

a) 1 escada portátil;

b) 1 mangueira de borracha, reforçada, lonada 3/4", 50 m de comprimento.

4.5.3.1.1. Os equipamentos de proteção individual (EPI) dos postos fixos de servente de limpeza serão os necessários à perfeita execução das atividades. Estima-se que serão imprescindíveis, no mínimo, os seguintes EPIs; 1 (uma) capa para chuva em PVC com forro de poliéster, com capuz; 01 (um) óculos de segurança contra impactos com lente incolor, armação nylon, com proteção UVA e UVB;

4.5.3.2. Quanto aos equipamentos de jardinagem, a ser utilizado pelo postos de auxiliar de jardinagem, estes devem se encontrar em adequadas e permanentes condições de funcionamento, sob pena de ser exigida sua imediata substituição. Serão necessários, no mínimo, por posto de serviço:

- a) 01 regadeira;
- b) 01 roçadeira a gasolina compatível com nylon 2 ou 3mm;
- c) 01 gadanho (garfo);
- d) 01 pazinha para adubagem;
- e) 01 enxada;
- f) 01 pá;
- g) 01 facão;
- h) 01 tesoura para jardinagem;
- i) 01 tesoura para poda;
- j) 01 carrinho de mão;
- k) 01 tela de proteção;
- l) 01 extensão para máquinas de, no mínimo, 50 metros;
- m) 01 manta de drenagem;
- n) 01 lavadora de alta pressão;
- o) 01 mangueira de irrigação;
- p) 01 sacho;
- q) 01 rastelo de ferro; e
- r) 01 picareta.

4.5.3.2.1 Os equipamentos de proteção individual para o posto de auxiliar de jardinagem, necessários à execução das atividades, deverão ser fornecidos pela contratada aos empregados. Deverão ser disponibilizados, no mínimo, por posto, os seguintes EPIs:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- a) 04 protetores auditivos tipo plug de inserção com cordão (atenuação superior a 15 DB);
- b) 02 protetores faciais;
- c) 02 pares de caneleiras metálicas;
- d) 02 aventais de PVC;
- e) 02 pares de luvas de raspa;
- f) 01 máscara e bomba para aplicação de produtos químicos;
- g) 01 cinturão de segurança tipo paraquedista com fivela em aço, ajuste no suspensório, cintura e pernas*;
- h) 01 corda Nr35 para cinto de segurança de trabalho em altura - 20m*;
- i) 02 capas para chuva em PVC com forro de poliéster, com capuz;
- j) 04 camisas manga longa de tecido com proteção solar FPU 40-50+;
- k) 02 chapéus de sol com aba no pescoço; e
- l) 01 óculos de segurança contra impactos com lente incolor, armação nylon, com proteção UVA e UVB.
- m) 02 Capacetes de Segurança, material polietileno de alta densidade, aba frontal.

4.5.3.3. Os equipamentos para os serviços eventuais de **capinagem** a serem utilizados, de acordo com a demanda, devem estar adequadas e em boas condições de uso, sob pena de ser exigida sua imediata substituição.

- a) 1 facão/foice;
- b) 1 cavador;
- c) 1 pulverizador;
- d) 1 ancinho ou vassoura de grama;
- e) 1 aparador/máquina de cortar grama.

4.5.3.3.1. Os equipamentos de proteção individual para os serviços eventuais de capinagem serão os necessários à perfeita execução das atividades. Estima-se que serão imprescindíveis, no mínimo, os seguintes EPIs: 1(um) par de luvas raspa de couro cano curto (punho 7cm); 1 (um) protetor auditivo tipo plug de inserção com cordão (atenuação superior a 15 DB); 1 (uma) máscara de proteção; 1 (um) cinturão de segurança tipo paraquedista, fivela em aço, ajuste no suspensório, cintura e pernas; 01 (um) óculos de segurança contra impactos com lente incolor, armação nylon, com proteção UVA e UVB.

4.5.3.4. A enumeração não é exaustiva, de modo que fica resguardado à Contratante o direito de solicitar a aplicação de outros equipamentos necessários à perfeita e completa execução dos serviços;

4.5.3.5. A futura Contratada deverá manter os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos no prazo máximo de 3 (três) dias úteis;

4.5.3.6. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.5.3.7. Verificando-se, a qualquer momento, que determinado equipamento é de qualidade inferior, de modo a não atender a contento as necessidades do Tribunal, ele deverá ser substituído pela contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis;

4.5.3.7. INDICAÇÃO DOS PRODUTOS QUE DEVAM SER UTILIZADOS (LIMPEZA E CONSERVAÇÃO – POSTO: SERVENTE DE LIMPEZA)

- a) **Piso de cerâmica branca com rejunte branco:** detergente neutro, perfume floral de alta persistência, diluído conforme especificação do fabricante;
- b) **Piso de alta resistência (granilite):** detergente neutro;
- c) **Armários, mesas, portas e divisórias em laminado melamínico:** detergente neutro, diluído conforme especificação do fabricante;
- d) **Em inox:** limpador específico;
- e) **Vidros:** limpa-vidros;
- f) **Policarbonatos:** detergente neutro aplicado com esponja macia;
- g) **Estrutura metálica e forro:** detergente neutro;
- h) **Pré-moldados pintados:** detergente neutro;
- i) **Vasos e pisos sanitários:** desinfetante profissional;
- j) **Lavatórios e torneiras:** detergente neutro.

4.6. NORMAS GERAIS DE CONDUTA

4.6.1. O profissional alocado na prestação dos serviços deverá pautar seu comportamento nas regras de conduta a seguir relacionadas, sendo obrigação da Contratada dar-lhes ciência:

- a) ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado pela chefia ou pelo(a) Coordenador(a) Administrativo(a);
- b) apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá e uniformizado(a);
- c) assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- d) conhecer a missão do posto que ocupa, assim como a forma de utilização dos equipamentos colocados à sua disposição;
- e) manter atualizada a documentação utilizada para prestação do trabalho pelos ocupantes dos postos;
- f) buscar orientação com seu superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- g) comunicar ao coordenador administrativo ou preposto da empresa qualquer irregularidade verificada;
- h) cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da Contratante;
- i) respeitar a hierarquia, não praticar atos de insubordinação, condutas abusivas, hostis, de conotação sexual, e atitudes desrespeitosas ou discriminatórias, com base em raça, cor, etnia, sexo, idade, estado civil, religião, orientação sexual, necessidades especiais, aparência, origem, convicção política ou qualquer outra forma de preconceito, independentemente de intencionalidade, sob pena de apuração, em observância às normas internas da Contratante, especialmente o [Código de Ética](#) e a [Resolução Administrativa nº 18/2024](#), que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito deste Tribunal;
- j) observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;
- k) adentrar em áreas restritas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- l) zelar pela preservação do patrimônio do Tribunal sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- m) operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;
- n) solicitar apoio técnico junto às unidades competentes do Contratante para solucionar falhas em máquinas e equipamentos;
- o) guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
- p) dotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- q) evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias nas suas atividades;
- r) não realizar trabalhos estranhos ao contrato, durante o horário de trabalho e nas dependências do TRE-BA;
- s) tratar a todos com urbanidade, ou seja, agir com respeito com as pessoas, demonstrando civilidade e profissionalismo;
- t) reportar apenas ao Coordenador Administrativo, preposto ou aos membros da Equipe de Gestão e Fiscalização os assuntos de serviço ou atinentes ao contrato;
- u) comunicar imediatamente ao seu superior imediato, aos fiscais e ao gestor do contrato, qualquer constrangimento de que for vítima ou de que tenha conhecimento em relação aos demais empregados alocados no contrato ou, se for o caso, valer-se dos canais de atendimento da Ouvidoria do Tribunal, disponibilizados em seu site na internet;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

v) acessar à internet e usar o telefone de forma ponderada e restrita aos assuntos relacionados ao trabalho.

4.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.7.1 . Deverá ser apresentado, no mínimo, 1 (um) atestado e/ou declaração de capacidade técnica, expedido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da empresa, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta contratação, assim entendida a que demonstra que a empresa gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos regulares contratados em decorrência da licitação (**58 POSTOS**).

4.7.1.1. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

4.7.1.2. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da empresa, comprovados por meio do Contrato Social ou dos dados constante do SICAF.

4.7.2. Deverá ser comprovada experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da licitação.

4.7.2.1. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

4.7.2.2. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência.

4.7.3. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

4.7.4. Somente serão aceitos atestados e/ou declarações de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

4.7.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.8. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS

4.8.1. Os profissionais que executarão os serviços deverão apresentar, no mínimo, a seguinte qualificação:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.8.1.1. SERVENTE DE LIMPEZA E AUXILIAR DE JARDINAGEM

- a) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- b) Não ser cônjuge, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e assessoramento e de membros e juízes vinculados à Justiça Eleitoral (art. 3º da Resolução CNJ nº 9/2005), sendo de responsabilidade da Contratada a verificação da situação descrita neste item;
- c) Não ser cônjuge, companheiro ou parente, até o 2º grau, do chefe de cartório ou de candidato a cargo eletivo, na circunscrição da localidade da realização dos trabalhos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1.** A execução dos serviços deverá ser iniciada em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento pela Contratada da Ordem de Serviço emitida pela Fiscalização.
- 5.2.** A Ordem de Serviço deverá ser emitida pelo gestor ou pelo fiscal técnico do contrato em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
- 5.3.** Após a emissão da Ordem de Serviço, o gestor do contrato poderá convocar a Contratada para uma reunião, no qual deverão ser apresentados planos de trabalho e documentação dos profissionais a serem alocados nos postos de trabalho.
- 5.4.** Os serviços deverão ser executados em horário compreendido entre 7 e 19 horas, de segunda a sexta-feira, cabendo à Contratante definir as escalas de horário para o cumprimento da jornada de trabalho que poderá, inclusive, ser estabelecida fora do horário de expediente informado ou nos sábados, a depender da necessidade do serviço, admitida a compensação de horas, atendidas as exigências legais.
- 5.5.** Nos dias em que não houver expediente nas unidades do Contratante, os prestadores de serviços poderão ser dispensados da jornada de trabalho, no respectivo dia, sem prejuízo da remuneração.
- 5.6.** Em caráter excepcional poderá haver serviço extraordinário em dias úteis, aos sábados, domingos e feriados e em horário noturno, sempre se observando a jornada legal diária e semanal e os limites dispostos no tópico **4.3.2.3** deste Termo de Referência.
- 5.7.** O cumprimento da jornada diária de trabalho será controlado pela Contratada. O registro da frequência deverá ser realizado através de assinatura manual de folha de ponto, utilizando formulário fornecido pela Contratada, considerando que as atividades serão desenvolvidas no interior do estado.
- 5.8.** As frequências dos empregados serão diariamente registradas, fazendo constar os horários de chegada, saída e intervalo para refeição.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

5.9. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS

5.9.1. SERVENTE DE LIMPEZA (DETALHAMENTO E PERIODICIDADE)

5.9.1.1. DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO ESPECIFICADO:

- a) Remoção, com flanela umedecida, do pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, adornos, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio etc.;
- b) Remoção do pó existente nos capachos, tapetes e carpetes, mediante o uso de aspirador de pó;
- c) Lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, pelo menos uma vez ao dia;
- d) Varrição e lavagem das escadas de comunicação;
- e) Varrição, com passagem de pano úmido, de pisos vinílicos, cerâmicos, de mármore e emborrachados;
- f) Varrição de pisos de cimento;
- g) Limpeza, com saneantes domissanitários, dos pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;
- h) Reposição de papel toalha, papel higiênico e sabonete, nos sanitários, quando necessário;
- i) Higienização dos telefones com produtos adequados;
- j) Coleta e remoção do lixo, uma vez ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos, observadas as normas da Prefeitura Municipal e as orientações que forem dadas pela Contratante;
- k) Reposição, nos bebedouros, das garrafas de água mineral, adquiridas pela Contratante, quando necessário;
- l) Seleção e coleta do papel destinado à reciclagem, quando houver;
- m) Varrição das áreas destinadas à garagem e ao estacionamento;
- n) Remoção do mobiliário, divisórias, cortinas e equipamentos, de acordo com a necessidade do serviço, sempre que necessária à realização de suas tarefas;
- o) Limpeza com varrição/catação do estacionamento externo;
- p) Rega das plantas e jardins, quando necessário.

5.9.1.2. SEMANALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO ESPECIFICADO:

- a) Vasculhamento de paredes e tetos;
- b) Limpeza do piso com o afastamento dos móveis;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- c) Limpeza, com produtos adequados, das divisórias e portas revestidas com fórmica;
- d) Limpeza, com produto neutro, das portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- e) Limpeza, com produto apropriado, das forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- f) Limpeza dos espelhos, duas vezes por semana;
- g) Limpeza, com pano úmido, dos quadros em geral;
- h) Lavagem da face interna e externa das vidraças das janelas, caixilhos, vidros das portas e em geral, granilites, mármore etc.;
- i) Lavagem da copa, inclusive das paredes;
- j) Remoção de manchas de paredes;
- k) Corte e aparo da grama das áreas externas, com remoção do mato que porventura tenha crescido.

5.9.1.3. MENSALMENTE:

- a) Limpeza completa das luminárias;
- b) Limpeza de forros, paredes e rodapés;
- c) Limpeza de cortinas, com aspirador de pó;
- d) Limpeza de persianas com produtos adequados;
- e) Limpeza e polimento de portas, grades, basculantes, caixilhos e janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr etc.);
- f) Polimento dos metais, como torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras etc.;
- g) Lavagem das áreas destinadas à garagem e ao estacionamento;
- h) Limpeza do teto do prédio principal.

5.9.1.4. SEMESTRALMENTE:

- a) Limpeza da face externa dos vidros, com aplicação de produtos anti-embaçantes, observando as normas pertinentes à segurança do trabalho.

5.9.2. AUXILIAR DE JARDINAGEM (DETALHAMENTO E PERIODICIDADE)

5.9.2.1. DIARIAMENTE:

- a) Regar a grama e as plantas dos vasos e jardineiras;
- b) Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

5.9.2.2. SEMANALMENTE:

- a) Cortar a grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas, em toda a área externa;
- b) Proceder à capina e roçagem.

5.9.2.3. MENSALMENTE:

- a) Replantar as mudas que não vingaram;
- b) Adubar a área de plantação;

5.9.2.4. QUANDO NECESSÁRIO:

- a) Tratar das pragas que eventualmente ocorram.

5.9.3. CAPINAGEM – SERVIÇOS EVENTUAIS (DETALHAMENTO E PERIODICIDADE)

- a) Serviços de capina, roçagem e podas em geral; controle de pragas.
- b) Os serviços acima especificados não excluem outros similares, que porventura se façam necessários para boa execução das tarefas;
- c) Os serviços serão executados mediante O.S. específica, a ser emitida pela Fiscalização. Os serviços aqui abordados têm natureza eventual e serão executados nos cartórios e Fóruns Eleitorais listados no **Anexo B** deste Termo de Referência;
- d) Periodicidade máxima: 04 (quatro) vezes ao ano.
- e) A execução dos serviços de capinagem compreenderá, após a roçagem, a limpeza do terreno e correta destinação dos resíduos vegetais. Tais custos deverão ser considerados na proposta de preços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

6.2. As comunicações entre o Tribunal e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. A Contratante poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato, a Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e pagamento e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A Contratada designará formalmente um preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, e os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.7. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas aos aspectos administrativos e organizacionais referentes ao contrato, tais como: notas fiscais/faturas dos serviços prestados, prazos, substituição de funcionários, etc.

6.8. A Contratada orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas do Órgão, especialmente o Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

6.9. O preposto deve conhecer o conteúdo do contrato, com relação aos aspectos administrativos e organizacionais.

6.10. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

6.10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por uma Equipe de Gestão e Fiscalização formalmente designada, a qual deverá observar as regras estabelecidas neste Termo de Referência, nos normativos internos do TRE-BA e na legislação.

6.10.2. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.10.2.1. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10.2.2. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e à prestação dos serviços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.10.2.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações, determinando prazo para a correção.

6.10.2.4. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as providências necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

6.10.2.6. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a data de término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.10.2.7. A fiscalização da execução dos serviços quanto aos aspectos técnicos e funcionais abrange outras rotinas previstas neste Termo de Referência de acompanhamento do cumprimento das atribuições dos postos de trabalho, da assiduidade, da conformidade dos materiais, equipamentos e uniformes a serem utilizados, dentre outras obrigações relacionadas à execução física do objeto contratado.

6.10.2.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.10.2.9. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017](#), aplicável no que for pertinente a esta contratação, por força da [Instrução Normativa Seges/ME nº 98/2022](#), e no [Decreto nº 11.246/2022](#), que dispõe sobre as regras de atuação dos gestores e fiscais de contratos.

6.10.2.10. Para a compensação da jornada prevista no [Decreto nº 12.174/2024](#), e na [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81/2024](#), e desde que compatível com a natureza dos serviços, caberá ao fiscal técnico, após alinhamento com o gestor do contrato, fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida.

6.10.2.11. Na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades descentralizadas da sede deste Tribunal, o fiscal técnico deverá contar com o auxílio do fiscal setorial, quando houver, para fins de avaliação quanto à possibilidade de compensação.

6.10.2.12. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.10.2.13. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal do Termo de Recebimento Provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.10.2.14. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.10.2.15. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

6.10.2.16. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.10.2.17. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal técnico, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade.

6.10.2.18. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.10.2.19. O fiscal técnico deverá elaborar o Termo de Recebimento Provisório, com as seguintes informações:

- a) se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
- b) se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
- c) se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- d) se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.10.2.20. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal técnico do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.10.2.20.1. Neste caso, o fiscal técnico poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa, fazendo constar do Termo de Recebimento Provisório as seguintes informações:

- a) se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- b) se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

6.10.2.21. A compensação de jornada de trabalho deverá ser pautada em critérios de conveniência e oportunidade e não será considerada viável, nos termos do artigo 5º da Instrução Normativa Seges/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, quando:

- a) implicar aumento de custos do contrato;
- b) demandar o acionamento de trabalhador substituto para cobrir a ausência do solicitante;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- c) o trabalhador tiver direito à falta justificada pelo motivo indicado para a compensação;
- d) implicar compensação acima dos limites permitidos pela legislação trabalhista; ou
- e) conflitar com a legislação trabalhista vigente, convenções coletivas, acordos coletivos ou dissídios coletivos da categoria.

6.10.3. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.10.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.10.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.10.3.3. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.10.3.4. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.10.3.4.1. No primeiro mês da prestação dos serviços:

- a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) cópia do comprovante dos registros eletrônicos gerados nos sistemas informatizados da Carteira de Trabalho Digital ou, excepcionalmente, enquanto o empregador não for obrigado ao uso do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em meio físico, dos empregados admitidos pela execução dos serviços, devidamente assinada pela Contratada, conforme arts. 2º, 5º, II e 7º da [Portaria nº 1.065, de 23 de setembro de 2019, da Secretaria Especial da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia](#);
- c) cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) emitido na admissão dos empregados da Contratada que prestarão os serviços ou dos exames admissionais; e

6.10.3.4.2. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf) :



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.10.3.4.3. Entrega, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos, no prazo de 15 (quinze) dias:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante e, preferencialmente, apenas os dados dos empregados alocados no contrato firmado com o TRE-BA;
- c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
- f) outros comprovantes e relatórios aptos a demonstrarem o cumprimento de obrigações atribuídas à Contratada, inclusive extraídos dos sistemas do FGTS Digital, do eSocial, entre outros.

6.10.3.4.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 15 (quinze) dias:

- a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, ou documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

6.10.3.4.5. Entrega, até o quinto dia útil de cada mês, do relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato administrativo, observados os prazos do art. 5º da IN SEGES/MGI nº 213/2025, a partir do segundo mês da execução contratual, que deverá conter:

- a) relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto, e informações sobre as férias, conforme alínea a, item 10.1, do Anexo VIII-B da IN MPOG/SLTI nº 05/2017;
- b) as datas de início e fim: do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já esteja programada; e o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.10.3.5. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item **6.10.3.4.1.** acima deverão ser apresentados.

6.10.3.6. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item **6.10.3.4.4.** acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.10.3.7. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.10.3.7.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.10.3.7.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o item **6.10.3.7** será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.10.3.8. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.10.3.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.10.3.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o fiscal administrativo deverá oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.10.3.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o fiscal administrativo deverá oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.10.3.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

6.10.3.13. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.10.3.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.10.3.15. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.10.3.15.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.10.3.15.2. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.10.3.16. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, em dedicação exclusiva, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.10.3.17. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.10.3.18. A inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.10.3.19. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da [Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017](#), cuja incidência se admite por força da [Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022](#).

6.10.3.20. Periodicamente, deverá ser solicitada a comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, conforme disposto no artigo 92, XVII da Lei nº 14.133, de 1993.

6.10.3.21. Caberá à fiscalização administrativa receber provisoriamente o objeto quanto a aspectos administrativos do contrato, e emitir o respectivo Termo de Recebimento Provisório, podendo indicar, após regular apuração, previamente ao recebimento definitivo, a necessidade de glosa e/ou retenção cautelar de multa decorrente da instauração de procedimento de apuração de responsabilidade contratual.

6.10.3.22. A fiscalização administrativa deverá verificar se a Contratada está abonando as ausências justificadas dos trabalhadores previstas no art. 473 da CLT, as quais não deverão ser compensadas, mas precisarão ser comprovadas junto ao empregador, observando-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

a) em caso de desconto indevido, a Contratada deverá ser notificada para o devido saneamento, estipulando-se prazo para tanto.

d) a Contratada deverá ser orientada a elaborar as escalas e cronogramas de trabalho de forma que as dispensas não gerem sobrecarga de atividades para os demais colaboradores, ou prejuízo às atividades administrativas, minimizando-se o impacto das ausências na prestação dos serviços.

6.10.4. Gestor do Contrato

6.10.4.1. Cabe ao gestor do contrato:

6.10.4.1.1. coordenar a Equipe de Gestão e Fiscalização e a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.10.4.1.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10.4.1.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.10.4.1.4. emitir Termo de Recebimento Definitivo, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;

6.10.4.1.5. assegurar-se de que foi instaurado o processo administrativo de apuração para fins de aplicação de sanções, observando o disposto em normativo interno;

6.10.4.1.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

6.10.4.1.7. encaminhar a documentação pertinente à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade para adoção dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

6.10.4.1.8. cadastrar os dados dos empregados e empregadas terceirizados alocados(as) no contrato no Sistema de Cadastramento de Colaboradores Externos - SICACE, deste Tribunal, para fins de remessa das informações ao Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Resolução CNJ n.º 587/2024, e divulgação mensal no sítio da internet do TRE-BA da relação de terceirizados e terceirizadas, nos termos do Anexo VI da Resolução CNJ n.º 102/2009



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

6.10.4.2. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) E CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO

7.1. A Contratante utilizará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) constante do Anexo A, estabelecido na [Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017](#) e na [Portaria DG nº 103/2018 do TRE-BA](#), parte integrante do contrato, para definir e padronizar indicadores e metas para avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada, e respectiva adequação de pagamento, se for o caso, o que será verificado pela fiscalização técnica.

7.2. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração aos serviços efetivamente prestados, não devendo a adequação de pagamento, originada pelo descumprimento do IMR ser interpretada como penalidade de multa.

7.3. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.3.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos, registrando no relatório do Termo de Recebimento Provisório a ser encaminhado ao gestor do contrato, e notificar a Contratada desse resultado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da execução.

7.3.2. A Contratada poderá, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da notificação de que trata o item **7.3.1.**, apresentar justificativa quanto à prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação esperado, conforme apontamentos da fiscalização.

7.3.3. A justificativa poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

7.3.4. O valor a ser pago será ajustado proporcionalmente às inconsistências porventura verificadas, com base nas metas estabelecidas no IMR, devendo a Contratada emitir a nota fiscal somente após ser comunicada do resultado das aferições, de modo a minimizar eventuais inconsistências relativas às retenções tributárias e ao pagamento.

7.4. Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Contratante e da Contratada no acompanhamento e na execução do Contrato, que são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços, sendo estes:

7.4.1. Assiduidade e Pontualidade;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

7.4.2. Eficiência.

7.5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da qualidade da prestação dos serviços.

8. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante Termos de Recebimento Provisórios detalhados, os quais conterão relatório circunstanciado, em consonância com suas atribuições, com o registro, a análise e a conclusão das ocorrências verificadas na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.1.1. O fiscal setorial do contrato, quando houver, subsidiará o fiscal técnico no recebimento provisório.

8.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento da comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

8.3. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

8.4. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.4.1. O fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, aplicando IMR na forma indicada no item 7.4, consubstanciando a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório constante do Termo de Recebimento Provisório quanto aos aspectos técnicos a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.4.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório constante do Termo de Recebimento Provisório quanto aos aspectos administrativos que será encaminhado ao gestor do contrato.

8.5. O pagamento mensal pela Contratante ocorrerá após a comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS pela Contratada, relativas aos colaboradores que tenham participado da execução dos serviços contratados.

8.6. Na hipótese de não ser apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação esteja regularizada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

8.7. O não recolhimento das contribuições sociais da Previdência social e do FGTS dos empregados, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação no prazo fixado, será considerado falta grave, caracterizada como falha na execução do contrato, podendo dar ensejo à rescisão da avença, sem prejuízo da aplicação das demais sanções.

8.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do último Termo de Recebimento Provisório detalhado.

8.9. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.12. Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a Contratada promovido a complementação, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, o que deverá ser informado no Termo de Recebimento Provisório, juntamente com o valor a ser retido cautelarmente para fazer face à eventual aplicação de multa, em sendo o caso.

8.13. Os serviços serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.13.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pelos fiscais técnico e administrativo e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.13.2. emitir Termo de Recebimento Definitivo detalhado dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentada pelos fiscais;

8.13.3. comunicar à empresa para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, após a medição; e

8.13.4. preencher o *checklist* de verificação da nota fiscal e enviar a documentação pertinente à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

8.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à Contratada para emissão de nota fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. LIQUIDACÃO E PAGAMENTO

9.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o recebimento definitivo dos serviços, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação e pagamento, na forma deste item.

9.1.1. A nota fiscal/fatura, referente à prestação dos serviços do mês imediatamente anterior, deverá ser encaminhada à fiscalização do Contrato até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhada dos demais documentos exigidos para a liquidação e pagamento.

9.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, com o fim de apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação, observando o que foi firmado no contrato, na nota de empenho e nos comprovantes da prestação efetiva do serviço, consoante disposto no art. 63 da [Lei nº 4.320/1964](#).

9.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ônus à Contratante, cabendo ao gestor e/ou aos fiscais diligenciarem para saneamento das pendências.

9.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no item **6.10.3.4.2**.

9.5. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

9.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.7. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

9.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratado não regularize sua situação.

9.9. Observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, o pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, no prazo estipulado no item **9.1**.

9.10. Condiciona-se o pagamento à(ao):

- a) apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;
- b) declaração da fiscalização e do gestor do contrato de que a execução ocorreu conforme pactuado, o que se dará mediante os Termos de Recebimento Provisórios e Definitivo emitidos.

9.11. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o número do contrato firmado com o TRE-BA, o período de faturamento ao qual se refere, o nome do banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

9.12. A nota fiscal/fatura deve ser emitida, obrigatoriamente, no mês subsequente à prestação do serviço.

9.13. Será considerada a data do efetivo pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

9.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.15. No caso de atraso no pagamento imputado exclusivamente à Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
e

VP = Valor da parcela em atraso.

9.16. A Adoção do regime de empreitada por preço global não obriga a Administração ao pagamento do valor total, podendo haver glosa de rubricas referentes a benefícios não comprovados pela contratada, a exemplo de assistência médica.

9.17. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

9.18. Caso a Contratada não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes ao contrato, fica a Contratante autorizada a deduzir dos pagamentos devidos àquela os valores referentes aos salários, auxílios e eventuais direitos trabalhistas.

9.19 Conforme indicado na **Cláusula Sétima do Contrato**, os valores referentes às provisões trabalhistas e previdenciárias lá indicadas serão retidos e depositados em [conta-depósito vinculada](#), deixando de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

9.20 O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da Contratada, haja vista a possibilidade de implicação da responsabilidade subsidiária do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Contratante, quanto àquelas obrigações (art. 121, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e Súmula nº 331 do TST). A aplicação do disposto neste item não gerará reajustamento de preços.

9.21. Ocorrendo as situações previstas nos itens **9.17** e **9.20** e sendo a nota fiscal/fatura emitida no mês de competência, será ela encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, **até o dia 15 (quinze) do mês**, para que sejam providenciadas as retenções tributárias, com vista a não incidência de juros moratórios.

9.22. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).

10. VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato terá vigência de 2 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, a critério da Contratante, e desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração.

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. No prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da via do contrato assinado, a Contratada prestará garantia em percentual equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor anual contratado, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 96 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A garantia em dinheiro deverá ser recolhida pela Contratada, junto à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE-BA, em conta específica.

11.3. Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá encaminhá-la, mediante Protocolo, à Seção de Contratos do TRE-BA.

11.4. A garantia prestada pela Contratada responderá pelas multas que lhe venham a ser aplicadas, bem como pelo pagamento de prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplementos e, ainda, pelo pagamento das obrigações de ordem trabalhista e previdenciária.

11.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos abarcados na disposição acima (prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato; prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração; obrigações trabalhistas e previdenciárias, não adimplidas pela Contratada).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

11.6. A garantia contratual terá vigência da data de sua apresentação até 90 (noventa) dias após expirado o contrato.

11.7. No caso de a garantia ser prestada através de fiança bancária ou de seguro-garantia, a Contratada deverá renová-la na hipótese de ocorrer prorrogação do contrato, no mesmo prazo, percentual e condições estabelecidos neste tópico.

11.7.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

11.7.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 da Lei 14.133/2022.

11.8. Em se tratando de fiança bancária, do título deverá constar expressamente que a instituição garantidora renuncia ao direito previsto no artigo 827 do Código Civil ou, alternativamente, que se obriga como devedor principal.

11.8.1. A fiança bancária deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.10. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

11.11. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

11.12. Ocorrendo acréscimos, repactuações ou reajustes contratuais ou se a garantia for utilizada nas situações referidas no item 11.4, o seu valor deverá ser adequado em igual proporção no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da via do termo aditivo/apostilamento assinado ou da notificação da fiscalização do contrato, nos demais casos.

11.12.1. Em caso de acréscimos e supressões de caráter temporário, a Contratada, a critério da Administração, poderá ser desobrigada a complementar a garantia.

11.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

11.14. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia, a serem depositados em conta específica.

11.14.1. Caso não ocorra a substituição da garantia apresentada em desconformidade (modalidades seguro-garantia e fiança bancária), no prazo indicado pela fiscalização, a Administração poderá autorizar a retenção acima referida.

11.15. A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 11.14 por quaisquer das modalidades de garantia previstas na Lei 14.133/2022.

11.16. O bloqueio efetuado com base no item 11.14 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada.

11.17. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou de apólice de seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

11.18. Quando da abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade em decorrência de descumprimento de cláusulas contratuais e eventual aplicação de penalidade, a Fiscalização do Contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente à intimação da Contratada para apresentação de defesa, e às decisões finais de 1ª e última instâncias administrativas, observado o disposto na Portaria nº 112/2023, do TRE-BA.

11.18.1 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.19. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

11.20. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da rescisão do contrato de trabalho. Caso esse pagamento não ocorra após o encerramento da vigência contratual, a garantia será resgatada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pelo Tribunal.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

a) executar o serviço nas especificações e nas quantidades constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta, devendo observar, durante toda a execução contratual as garantias trabalhistas, especialmente:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- 1) cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 2) não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 3) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4) não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 5) receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 6) assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço, devendo adotar os procedimentos definidos pela SEGES/MGI (IN nº 213/2025), especialmente:
 - 6.1) realizar o planejamento das férias dos trabalhadores terceirizados desde o início do contrato, na forma do disposto no art. 2º, §§ 1º e 2º da IN nº 213/2025 da SEGES/MGI;
 - 6.2) realizar a programação da fruição das férias de cada colaborador terceirizado com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência ao término do período aquisitivo, não se aplicando essa disposição ao período aquisitivo encerrado nos primeiros 90 (noventa) dias do contrato;
 - 6.3) enviar à fiscalização do contrato, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, o relatório de programação das férias dos trabalhadores alocados à prestação do serviço, observados os prazos do **item 6.2**, a partir do segundo mês da execução contratual;
 - 6.3.1) o relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto, e informações sobre as férias, conforme alínea a, item 10.1, do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017;
 - 6.3.2) as informações sobre as férias deverão incluir: as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já esteja programada; e o parcelamento dos períodos de férias, se houver;
 - 6.3.3) o planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, de modo a mitigar as ocorrências de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

pagamento indenizado, de acordo com o art. 8º e seus §§ 1º e 2º IN SEGES/MGI nº 213/2025;

7) assegurar aos trabalhadores a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, conforme disciplinado neste Termo de Referência;

8) abonar as ausências justificadas dos trabalhadores previstas no inciso XII do artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (até três dias de ausência ao serviço, em cada doze meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer), as quais não deverão ser compensadas, mas precisarão ser devidamente comprovadas junto ao empregador.

b) atender às solicitações da Contratante nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, devendo ainda:

1) apresentar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da assinatura do respectivo Contrato, ou da admissão de nova(o) empregada(o), a relação identificada das respectivas contas-salário;

2) providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços ou da admissão de nova(o) empregada(o), a emissão do Cartão Cidadão, expedido pela CAIXA, para toda(o)s a(o)s empregada(o)s terceirizada(o)s envolvida(o)s na prestação dos serviços;

3) providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços ou da admissão de nova(o) empregada(o), o acesso de toda(o)s a(o)s terceirizada(o)s envolvida(o)s na prestação dos serviços em tela, via Internet, com a utilização de senha pessoal, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil;

4) realizar o pagamento da remuneração mensal (salários, auxílio alimentação e todas as demais verbas trabalhistas previstas na legislação e em CCT) da(o)s trabalhadora(e)s rigorosamente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, nos termos da legislação vigente, independente do pagamento da fatura mensal pelo CONTRATANTE;

5) realizar o pagamento da remuneração mensal (salários, auxílio alimentação e todas as demais verbas trabalhistas previstas na legislação e em CCT) da(o)s trabalhadora(e)s em estrita observância a todos os valores e percentuais previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;

6) realizar o pagamento mensal do vale-transporte da(o)s trabalhadora(e)s rigorosamente até o último dia do mês anterior, em estrita observância a todos os valores e percentuais previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;

7) realizar o pagamento de 13º salário, das férias e das verbas rescisórias da(o)s trabalhadora(e)s rigorosamente até o prazo fixado na legislação e nas normas coletivas vigentes;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- 8) realizar o pagamento de 13º salário, das férias e das verbas rescisórias da(o)s trabalhadora(e)s em absoluta observância a todos os percentuais e valores previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;
 - 9) recolher mensalmente as contribuições previdenciárias e o FGTS da(o)s trabalhadora(e)s nos prazos previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes, e segundo os percentuais e valores fixados na legislação vigente;
 - 10) fazer todos os pagamentos de remuneração, 13º salário, férias e verbas rescisórias por meio de depósito bancário na conta da(o) trabalhadora(trabalhador) beneficiária(o);
 - 11) fornecer, sempre que solicitados pelo CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas da(o)s terceirizada(o)s colocada(o)s à disposição do CONTRATANTE;
 - 12) orientar e exigir que toda(o)s a(o)s sua(eu)s empregada(o)s forneçam, sempre que solicitado pela Fiscalização, seus extratos de contas do FGTS, PIS e do INSS;
- c) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- d) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução do contrato;
- e) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação, devendo ainda:
- 1) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
 - 1.1) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela Fiscalização do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.
- f) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo se houver autorização neste termo de referência;
- g) não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência do contrato, devendo ainda:
- 1) **firmar declaração** por escrito com os empregados responsáveis pela execução dos serviços atestando não serem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, inclusive, de servidor e membros ou juízes vinculados ao Tribunal;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

2) **comunicar imediatamente** à Contratada qualquer ocorrência superveniente que configure hipótese de nepotismo (art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005), conforme **alínea “g” acima**.

- h) cumprir os requisitos de proteção de dados pessoais e de segurança da informação previstos neste Termo de Referência e na legislação própria;
- i) observar as diretrizes previstas em normas técnicas aplicadas ao objeto deste Termo de Referência, quando couber;
- j) cumprir, e fazer cumprir por seus prepostos e colaboradores, o Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia;
- k) diligenciar para que seus empregados cumpram as normas internas do TRE-BA;
- l) prestar os serviços com o máximo de esmero, de modo regular, consoante as especificações deste Termo de Referência, alocando todo o pessoal necessário ao cumprimento das obrigações assumidas;
- m) iniciar os serviços no prazo pactuado;
- n) comprovar a qualificação mínima exigida para os funcionários, conforme especificado neste Termo de Referência;
- o) manter preposto no local da prestação dos serviços, podendo a escolha recair sobre o(a) Coordenador(a) Administrativo(a) que estiver prestando o serviço nas dependências do contratante;
- p) zelar pela conservação e bom funcionamento dos equipamentos de propriedade do TRE-BA utilizados nos serviços, dando ciência de eventuais avarias;
- q) manter quadro de pessoal suficiente e com a devida qualificação profissional prevista neste Termo de Referência, para atendimento dos serviços, de modo que NÃO ocorra interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- r) substituir, no prazo máximo de cinco dias úteis, contados do recebimento da notificação, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais ou incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- t) submeter à Contratante, previamente, a relação nominal dos empregados em atividade no local de prestação dos serviços;
- u) Fornecer uniformes e crachá aos empregados envolvidos na prestação dos serviços, em quantidade suficiente, de acordo com a descrição apresentada neste Termo de Referência. Durante o horário dos trabalhos, tanto na sede deste Tribunal quanto nos postos de atendimento, os empregados deverão permanecer identificados através de crachá funcional;
- v) zelar pela higienização de seus profissionais, fornecendo os uniformes no início da execução dos serviços e a sua substituição sempre que necessário;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- w) fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual, necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa na prestação dos serviços, conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como demais dispositivos de segurança;
- x) fornecer ao fiscal do contrato, a qualquer momento, todas as informações de interesse do contratante, por ele consideradas necessárias, atendendo prontamente às suas solicitações;
- y) reunir-se, sempre que necessário, com os responsáveis pela gestão do Contrato para tratar de assuntos pertinentes à contratação;
- z) orientar e treinar seus empregados quanto ao uso racional de recursos como água, energia e materiais de consumo, bem como ao descarte ambientalmente correto de resíduos oriundos da prestação dos serviços;
- aa) providenciar, em caso de greve ou quaisquer outras formas de paralisação do sistema de transporte público, o deslocamento dos empregados ao serviço e seu retorno à residência;
- bb) manter vínculo empregatício formal e expresso com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, fiscais e parafiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, conforme a natureza jurídica da Contratada, incidentes sobre o objeto do Contrato, ficando ressalvado que a inadimplência da Contratada para com estes encargos não irá transferir à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar
- cc) efetuar o pagamento dos funcionários impreterivelmente até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;
- dd) fornecer a alimentação e o transporte dos empregados, consoante estabelecido neste Termo de Referência;
- ee) apresentar comprovante do pagamento de férias aos empregados, 1 (um) dia antes do gozo desse direito;
- ff) exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus funcionários, devendo substituí-los em suas ausências, sob pena de ter os valores descontados do pagamento mensal;
- gg) encaminhar os registros de frequência dos funcionários, mensalmente, ao Contratante e mantê-los em local de fácil acesso para fiscalização externa e interna, responsabilizando-se, ainda, pela aquisição, instalação e manutenção do equipamento pertinente, se for o caso;
- hh) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do contratante ou de terceiros, que vier a tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, não podendo duplicá-los ou usá-los sob qualquer pretexto, devendo orientar seus empregados sobre essa proibição;
- ii) apresentar a documentação descrita no **item 6.10.3.4 e seus subitens e item 6.10.3.5** deste Termo de Referência, nos prazos estipulados, atentando-se ainda para:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

1) apresentar a nota fiscal/fatura, bem como os demais documentos exigidos para a liquidação e pagamento, referente à prestação dos serviços do mês imediatamente anterior, ao fiscal da Contratante, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

jj) reservar no mínimo **50% (cinquenta por cento)** das vagas deste Contrato para as mulheres, destinando no mínimo **5% (cinco por cento)** dessas vagas de participação feminina para as mulheres incluídas em situação de vulnerabilidade econômico-social, atendida a qualificação profissional necessária, conforme abaixo:

1) pelo menos 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do total de vagas reservadas deverão ser destinados a mulheres vítimas de violência no contexto doméstico e familiar;

2) os outros 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) das vagas reservadas deverão ser preenchidas por:

I - mulheres trans e travestis;

II - migrantes e refugiadas;

III - mulheres em situação de rua;

IV - mulheres egressas do sistema prisional; e

V - mulheres indígenas, campesinas e quilombolas.

3) as vagas serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas;

4) o percentual mínimo de mão de obra estabelecido na alínea “v” deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

5) a Contratada deverá formalizar, perante à(s) entidade(s) Conveniada(s) deste Tribunal a solicitação de fornecimento de relação nominal das mulheres em estado de vulnerabilidade, que atendam aos requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência anexo a este Contrato.

6) a Contratada ficará liberada da obrigação, caso a(s) entidade(s) Conveniada(s) da Contratante não apresente(m) a relação nominal ou emita(m) declaração de que não dispõe(m) de trabalhadoras que atendam aos requisitos mínimos previstos no Termo de Referência.

7) a indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento do disposto na alínea “v”.

8) previamente ao início da execução do objeto contratual, a Contratada deverá enviar relação com o quantitativo das trabalhadoras contratadas com base nas situações de vulnerabilidade acima apontadas, mantida a identidade delas sob sigilo, sendo vedado qualquer tipo de discriminação no exercício de suas funções.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

kk) fornecer em quantidade suficiente o material de consumo, assim como qualquer equipamento ou utensílio necessário à execução dos serviços, substituindo imediatamente aqueles que, conforme requisição do Tribunal, não estejam atendendo às suas necessidades, colocando à disposição do Tribunal estoque suficiente para o consumo semanal do material necessário à prestação dos serviços. A fiscalização poderá solicitar apresentação de amostras dos materiais a serem utilizados na execução dos serviços;

ll) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses da execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica e de água, bem como de redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

mm) apresentar à Fiscalização do Contrato, no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados na notificação formal deste Tribunal, relação de seus empregados e empregadas alocados na prestação dos serviços com os dados pessoais exigidos nas disposições da **Resolução n. 587, de 04/10/2024, do Conselho Nacional de Justiça**, relativos à raça, cor, identidade de gênero, pessoa com deficiência e outros, conforme modelo a ser fornecido pela Contratante, observando as regras de **Proteção de Dados Pessoais e Segurança da Informação**, previstas no **Tópico 17** deste Termo de Referência.

12.2. Nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.

b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. A Contratante obriga-se a:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste termo de referência;
- d) zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- e) notificar a Contratada, formalmente, da ocorrência de quaisquer falhas ocorridas ou detectadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- f) colocar à disposição dos profissionais da Contratada local para guarda dos uniformes e outros pertences dos funcionários;
- g) permitir o livre acesso dos profissionais da Contratada para execução dos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- h) prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada ou por seus empregados;
- i) zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- j) requerer, para fins de fiscalização, em prazo fixado ou quando entender conveniente, a prova do cumprimento de quaisquer das obrigações da Contratada, mediante, por exemplo, a apresentação de carteiras de trabalho com os registros pertinentes, recibos de comprovação de pagamento de férias, entre outros.

14. INADIMPLEMENTO E PENALIDADES

14.1 A Administração poderá aplicar à Contratada, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a) atrasar injustificadamente o início da execução dos serviços ou a conclusão destes – 2%, sobre o valor do serviço, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;
- b) atrasar a substituição de profissional que não atenda às necessidades do contrato quanto às qualificações e conhecimentos para desenvolvimento das atividades, após solicitação formal da fiscalização – 1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias;
- c) não substituir profissional faltoso, deixando o posto desguarnecido – 1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por ocorrência (dia de trabalho), sem prejuízo da glosa pela não prestação dos serviços;
- d) atrasar o fornecimento de uniformes, crachás e equipamentos de proteção individual ou sua substituição quando solicitado pelo Contratante – 0,1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias;
- e) atrasar injustificadamente a entrega de material de limpeza e de jardinagem - 0,1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias;
- f) atrasar injustificadamente a execução do serviço de capinagem - 0,1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias;
- g) utilizar materiais/insumos/equipamentos diversos do quanto especificados neste Termo de Referência, bem como fornecer quantitativos insuficientes para o atendimento das necessidades da Administração – 1 % (um por cento) do valor mensal do contrato, por ocorrência;
- h) deixar, conforme indicado na **Cláusula Sétima do Contrato** e no **item 9.19 deste Termo de Referência**, de assinar os documentos referentes à abertura de conta corrente vinculada, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação do Tribunal: : 0,2% (zero virgula



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

dois por cento) do valor mensal total dos postos regulares de servente de limpeza e auxiliar de jardinagem/por dia de atraso, limitado a 30 dias;

i) deixar de efetuar o pagamento de salários, auxílio alimentação e auxílio transporte nas datas avençadas – 0,2% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias;

j) deixar de efetuar o recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social e FGTS nas datas avençadas – 0,1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;

k) infringir critério de proteção de dados e de segurança da informação previsto neste Termo de Referência, na Cláusula Décima do contrato e/ou na legislação, sem prejuízo da devida reparação pelos danos causados – 0,15%, sobre o valor total do contrato;

l) inexecução total – 5% do valor total do contrato e impedimento de licitar e contratar com a União por até 5 (cinco) anos.

14.1.1. A inexecução total poderá restar caracterizada quando a Contratada, injustificadamente, não iniciar a prestação dos serviços após dez dias da data regularmente prevista.

14.1.2. A Contratante poderá aplicar à Contratada que der causa à rescisão do contrato a multa de 5% do valor remanescente do ajuste.

14.2. A aplicação das penalidades não isenta a Contratada do cumprimento das obrigações estabelecidas contratualmente nos prazos avençados

14.3. A interrupção injustificada na prestação dos serviços por cinco dias ou mais, corridos ou alternados, poderá motivar a Administração a rescindir o contrato.

15. MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 26, da Portaria nº 112/2023, do TRE/BA, reter, de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

15.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

16. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

16.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas preferencialmente por meio eletrônico, ou ainda pessoalmente, com confirmação inequívoca do recebimento.

16.1.1. Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

16.1.2. A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

17. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

17.1. Em observância ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Contratada compromete-se juntamente com este Tribunal a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução do objeto, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

17.2. A Contratada, sempre que necessário, dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata o presente item.

17.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso da execução contratual e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

17.4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de um dia útil da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.5. A critério do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.6. Sem prejuízo de observância às demais disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), as informações produzidas ou custodiadas por este Tribunal devem ser tratadas em função do seu grau de confidencialidade, criticidade e temporalidade, garantindo-se a sua integridade, autenticidade, disponibilidade e a cadeia de custódia dos documentos.

17.7. Serão protegidas quanto à confidencialidade as informações classificadas e as que possuem sigilo, observando-se o disposto na LAI e na LGPD, na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, na Resolução CNJ nº 396, de 07 de junho de 2021, na Resolução TSE nº 23.644, de 1º de junho de 2021, na Portaria da Presidência do TRE-BA nº 405, de 17 de agosto de 2021 e, subsidiariamente, no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, sem prejuízo da observância de outros normativos que regem a matéria.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO

18.1. Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que o objeto a ser contratado não abrange complexidade técnica para sua execução, que possa justificar a participação de consórcio. Além disso, o mercado dispõe de várias empresas aptas a, por si só, cumprirem as obrigações do contrato.

19. SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ANEXO A
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS
INDICADORES DE DESEMPENHO
TABELA I

INDICADORES	
Indicador nº 1 – Qualidade serviços prestados	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que o ambiente de trabalho esteja limpo e salubre, com foco na saúde e bem-estar dos servidores e colaboradores.
Meta a cumprir	100% dos serviços, sem ocorrências que estejam na esfera de controle da Contratada.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo da Tabela III.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das obrigações apontadas como indicadores, conforme perspectiva da Contratante, para posterior lançamento do resultado na planilha de controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	O número de ocorrências mensal refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou, a glosa, pelo não atingimento.
Início de Vigência	Data estabelecida para o início da execução dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	0 a 2 ocorrências: 100% da meta = recebimento de 100% da fatura; 3 a 4 ocorrências: 98% da meta = recebimento de 98% da fatura; 5 a 7 ocorrências: 95% da meta = recebimento de 95% da fatura; 8 a 10 ocorrências: 90% da meta = recebimento de 90% da fatura.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

INDICADORES	
Indicador nº 1 – Qualidade serviços prestados	
Item	Descrição
Sanção	A existência de mais de 60 (sessenta) ocorrências, <u>em um mesmo trimestre</u> , faculta à Contratante a rescisão unilateral do ajuste, com as consequências dela decorrentes.

Indicador nº 2 – Entrega e utilização de uniformes, EPI e crachás	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento às exigências específicas relacionadas ao fornecimento e uso de uniformes, EPI e à identificação do empregado mediante uso do crachá.
Meta a cumprir	100% dos serviços, sem ocorrências que estejam na esfera de controle da Contratada.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo da Tabela II.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das obrigações apontadas como indicadores, conforme perspectiva da Contratante, para posterior lançamento do resultado na planilha de controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	O número de ocorrências mensal refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou a glosa pelo não atingimento.
Início de Vigência	Data estabelecida para o início da execução dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	0 a 3 ocorrências: 100% da meta = 100% do valor da fatura mensal;
	4 a 6 ocorrências: 98% da meta = 98% do valor da fatura mensal;
	Acima de 6 ocorrências: 95% da meta = 95% do valor da fatura mensal.
Sanção	Prevista no tópico 14 deste Termo de Referência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Indicador nº 3 – Ausência de colaboradores	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que a substituição dos profissionais titulares ausentes, necessária para evitar interrupção dos serviços, ocorra no prazo previsto no contrato.
Meta a cumprir	100% dos serviços, sem ocorrências que estejam na esfera de controle da Contratada.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo da Tabela II.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das obrigações apontadas como indicadores, conforme perspectiva da Contratante, para posterior lançamento do resultado na planilha de controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	O número de ocorrências mensal refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou a glosa pelo não atingimento.
Início de Vigência	Data estabelecida para o início da execução dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ausência: 100% da meta = 100% do valor da fatura mensal;
	Deixar posto descoberto em até 2 dias no mês: 98% da meta = 98% do valor da fatura mensal;
	Deixar posto descoberto em de 3 a 5 dias no mês: 95% da meta = 95% do valor da fatura mensal;
	Deixar posto descoberto em de 6 a 10 dias no mês: 93% da meta = 93% do valor da fatura mensal;
	Acima de 10 dias: 90% da meta = 90% do valor da fatura mensal.
Sanção	Prevista no tópico 14 deste Termo de Referência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

TABELA II

AValiação Mensal					
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS			
		Mês 1	Mês 2	Mês 3	Nº de ocorrências
		Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.
1.	Falta ou insuficiência de material de limpeza para realizar os serviços				
2.	Mau cheiro causado por falta de manutenção nos banheiros				
3.	Sujidades grosseiras visíveis em portas, rodapés, vidros, solo, espelhos, paredes/divisórias, forros/teto etc.				
4.	Sujeiras nos jardins internos e/ou externos, se houver				
5.	Permitir que o empregado apresente-se com atraso para assumir o posto ou o deixe antes do final da jornada, sem justa causa e sem que seja compensada a jornada mensal.				
6.	Permitir que o empregado assuma o posto sem os materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços.				
7.	Permitir que o empregado envolva-se em atividades alheias ao objeto da prestação dos serviços ou demonstre falta de conhecimento das tarefas a serem executadas.				
TOTAL					



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ANEXO B

POSTO DE SERVIÇO: AUXILIAR DE JARDINAGEM

IMÓVEL	MUNICÍPIO SEDE DA ZONA ELEITORAL	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA (m2)	ÁREA VERDE (m2)
CENTRO DE APOIO TÉCNICO II (CAT-II)	Feira de Santana	968,31	6.424,24
FORUM ELEITORAL DE ITABUNA**	Itabuna	1.802	5.788

PLANO DE AÇÃO DE CAPINAGEM
(SERVIÇOS EVENTUAIS)

ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO SEDE DA ZONA ELEITORAL	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	ÁREA VERDE*	HORAS CAPINAGEM (4 vezes)
163 ^a	Alagoinhas*	689,52	436,2	125,27664
070 ^a e 075 ^a	Barreiras*	510,45	325,25	93,4118
090 ^a	Brumado*	263,33	126,6	36,35952
166 ^a	Buerarema	250	15	4,308
170 ^a e 171 ^a	Camaçari*	937,48	585,62	168,190064
078 ^a	Camamu	191,92	60	17,232
174 ^a	Canarana*	234,24	140	40,208
082 ^a	Cícero Dantas	73,46	7,346	2,1097712
142 ^a	Cruz das Almas*	340,28	1177	338,0344
186 ^a	Dias D'Ávila	182,24	36	10,3392
188 ^a e 203 ^a	Eunápolis*	317	321,56	92,352032
154 ^a , 155 ^a , 156 ^a e 157 ^a	Feira de Santana*	1105	953,3	273,78776
064 ^a	Guanambi*	328,27	95,2	27,34144
173 ^a	Ibotirama*	65	160	45,952



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

168 ^a	Igaporã	84	21	6,0312
025 ^a e 026 ^a	Ilhéus*	783,9	514,28	147,701216
062 ^a	Ipirá*	292,58	84	24,1248
074 ^a	Irará	172,92	15	4,308
095 ^a	Irecê*	430,26	147,97	42,496984
027 ^a e 028 ^a	Itabuna	454	200	57,44
201 ^a	Itambé	263,12	26	7,4672
141 ^a	Itaparica*	191,59	147	42,2184
092 ^a	Jacaraci	64	6,4	1,83808
046 ^a e 167 ^a	Jacobina*	604,1	698,08	200,488576
022 ^a e 023 ^a	Jequié*	773,45	253,92	72,925824
047 ^a e 048 ^a	Juazeiro*	755	669,7	192,33784
037 ^a	Maracás	155	38,75	11,129
103 ^a	Miguel Calmon	96,75	10	2,872
055 ^a	Morro do Chapéu	144,64	14,4	4,13568
131 ^a	Muritiba*	176,23	107,7	30,93144
079 ^a	Nova Soure	101,05	5,0525	1,451078
059 ^a	Poções	139,75	15	4,308
121 ^a e 122 ^a	Porto Seguro*	209,19	139,5	40,0644
196 ^a	Retirolândia	108	21,6	6,20352
114 ^a	Riachão do Jacuípe	145,8	14,58	4,187376
110 ^a	Ribeira do Pombal*	397,73	184,5	52,9884
056 ^a e 202 ^a	Santo Antônio de Jesus*	188,37	187,4	53,82128
162 ^a	São Francisco do Conde	68	6,8	1,95296
108 ^a	São Gonçalo Campos	104,72	26,18	7,518896
115 ^a	Saúde	255	25,5	7,3236
088 ^a	Seabra	320,4	32	9,1904
150 ^a	Serrinha	80	12	3,4464
183 ^a	Teixeira de Freitas*	170	250	71,8
080 ^a	Tucano*	209,19	108	31,0176



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

031 ^a	Valença*	317,82	235	67,492
120 ^a	Valente	144	14,4	4,13568
039 ^a , 040 ^a e 041 ^a	Vitória da Conquista*	1112	1007,4	289,32528
TOTAL	47 municípios	15.085,80	9.678,19	2779,576168

**A área verde de 25 fóruns ou cartórios eleitorais destacados está com os valores reais.*

A área verde definida para os demais 22 cartórios teve como base pesquisa junto aos cartórios ou Google Earth.

***A periodicidade para realizar o serviço é de 4 vezes ao ano. A última coluna considerou a quantidade de horas que 1 (um) profissional precisa para executar 1m² da área verde, 4 vezes ao ano, conforme base SINAPI de janeiro/2023. Memória de cálculo: total área verde x 7,18% x 4 (periodicidade), totalizando cerca de 2.780 horas em 1 (um) ano.*

No intuito de fazer uma relação comparativa, 1 (um) profissional contratado (funcionário) tem carga horária mensal de 220h. O valor de 2.780 horas equivale a 13 meses de trabalho, aproximadamente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90020/2025

ANEXO II

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

VALOR (ES) MÁXIMO (S) ADMITIDO (S) PARA CONTRATAÇÃO

QUADRO RESUMO - VALOR TOTAL ESTIMADO

Postos regulares - valor anual					
item	especificação	valor mensal unitário	quantidade	valor mensal	valor anual
1	Servente de Limpeza (25 horas semanais)	2.895,05	115	332.931,19	3.995.174,29
2	Auxiliar de Jardinagem (25 horas semanais)	2.507,61	2	5.015,21	60.182,53
					4.055.356,83

Capinagem

item	especificação	unidade de medida	valor unitário	quantidade anual	valor anual
3	Capinagem	metro quadrado	7,31	38.712,76	282.990,28

Acréscimo de postos em ano eleitoral

item	especificação	valor mensal unitário	quantidade	valor mensal	valor total
4	Servente de Limpeza (25 horas semanais) - acréscimo temporário (34 dias)	2.982,29	99	295.246,77	330.029,27
5	Servente de Limpeza (25 horas semanais) - acréscimo temporário (54 dias)	2.897,43	10	28.974,30	51.439,30
					381.468,57

total estimado da contratação

ano não eleitoral		ano eleitoral	
postos regulares	4.055.356,83	postos regulares	4.055.356,83
capinagem	282.990,28	capinagem	282.990,28
materiais	444.781,96	materiais	491.144,95
acréscimo de postos	-	acréscimo de postos	381.468,57
horas extras	-	horas extras	140.416,50
total [A]	4.783.129,06	total [B]	5.351.377,12
valor total da contratação (para o prazo de 24 meses)			[A] + [B] = 10.134.506,18



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

OBSERVAÇÕES:

1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **O VALOR TOTAL PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONSIDERANDO OS 24 (VINTE E QUATRO) MESES DA CONTRATAÇÃO**, já inclusos **todos os custos com fornecimento de material**, bem como todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive os acréscimos relativos ao ano eleitoral.

2. somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços **valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação**, consoante o art. 5º, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, bem como o Acórdão TCU nº 1207/2024 – Plenário;

3. Os valores unitários dos itens que integram as **planilhas de custos com material** não poderão ser superiores aos preços unitários máximos estabelecidos pela Administração.

4. Foi utilizada a seguinte Convenção Coletiva de Trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração, a qual não será de uso obrigatório pelas licitantes:

A	Convenção Coletiva de Trabalho	2025/2026
B	Número de Registro no MTE	BA000817/2024
C	Data do Registro	03/12/2024
D	SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS E LIMPEZA AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA - SEAC/BA, CNPJ n. 13.713.607/0001-60	
E	* SINDILIMP-BA SIND.TRAB.LIMPEZA PUBLICA,COML,INDL, HOSPITALAR,ASSEIO, PREST. SERV.EM GERAL, CONSERVACAO, JARDINAGEM E CONTROLE DE PRAGAS INTERMUNICIPAL, CNPJ n. 32.700.148/0001-25.	

OBS.: Cabe esclarecer que foi formalizado, no dia 19 de setembro de 2025, acordo judicial entre o *SIEMACO SALVADOR* e o *SINDILIMP-BA* quanto à abrangência territorial para representação sindical dos empregados do ramo de limpeza. Assim, a abrangência do *SIEMACO* se limita ao posto de servente alocado em Candeias (127ª Zona Eleitoral), ficando todos os demais sob abrangência do *SINDILIM*; o que, entretanto, não repercutiu na estimativa de preços da Administração, considerando a equivalência dos valores.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Informação sobre estimativa da Administração

Informa-se que foi utilizada a seguinte Convenção Coletiva de Trabalho no cálculo do valor pela Administração, a qual <u>não</u> será de uso obrigatório pelas licitantes:		
A	Convenção Coletiva de Trabalho	2025/2026
B	Número de Registro no MTE	BA000817/2024
C	Data do Registro	03/12/2024
D	SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS E LIMPEZA AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA - SEAC/BA, CNPJ n. 13.713.607/0001-60	
E	SINDILIMP-BA SIND.TRAB.LIMPEZA PUBLICA,COML,INDL, HOSPITALAR,ASSEIO, PREST. SERV.EM GERAL, CONSERVACAO, JARDINAGEM E CONTROLE DE PRAGAS INTERMUNICIPAL, CNPJ n. 32.700.148/0001-25	
OBS.: cabe esclarecer que foi formalizado, no dia 19 de setembro de 2025, acordo judicial entre o SIEMACO SALVADOR e o SINDILIMP-BA quanto à abrangência territorial para representação sindical dos empregados do ramo de limpeza. Assim, a abrangência do SIEMACO se limita ao posto de servente alocado em CANDEIAS (127ª ZONA ELEITORAL), ficando todos os demais sob abrangência do SINDILIM; o que, entretanto, não repercutiu na estimativa de preços da Administração, considerando a equivalência dos valores.		

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Servente de Limpeza (25 horas semanais)	posto de serviço	115

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Servente de Limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-20
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.530,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	869,32
B	Adicional de Periculosidade	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

C	Adicional de Insalubridade	303,60
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
Total		1.172,92

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	97,70
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	130,31
Total		19,44%	228,01

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	280,18
B	Salário Educação	2,50%	35,02
C	SAT	3,00%	42,02
D	SESC ou SESI	1,50%	21,01
E	SENAI - SENAC	1,00%	14,00
F	SEBRAE	0,60%	8,40
G	INCRA	0,20%	2,80
H	FGTS	8,00%	112,07
Total		36,80%	515,50



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	23,08
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-
C	Assistência Médica	280,00
D	Assistência Odontológica	23,00
E	Seguro de Vida	4,80
Total		330,88

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	228,01
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	515,50
2.3	Benefícios Mensais e Diários	330,88
Total		1.074,39

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	4,80
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	0,38
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	1,87
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	21,58
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	7,94
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	35,65
Total			72,22



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	21,33
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	12,75
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,46
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	7,65
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	2,57
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			44,76

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
Total		-

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	44,76
4.2	Substituto na Intra jornada	-
Total		44,76



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	8,76
B	Materiais	-
C	Equipamentos	2,22
D	EPIs	0,86
Total		11,84

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	118,81
B	Lucro	6,00%	149,70
C	Tributos	8,65%	250,42
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	18,82
	C.1.B. COFINS	3,00%	86,85
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	144,75
Total		21,84%	518,92



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.172,92
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.074,39
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	72,22
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	44,76
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	11,84
Subtotal (A + B + C + D + E)		2.376,13
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	518,92
Valor Total por Empregado		2.895,05



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Informação sobre estimativa da Administração

Informa-se que foi utilizada a seguinte Convenção Coletiva de Trabalho no cálculo do valor pela Administração, a qual <u>não</u> será de uso obrigatório pelas licitantes:		
A	Convenção Coletiva de Trabalho	2025/2026
B	Número de Registro no MTE	BA000817/2024
C	Data do Registro	03/12/2024
D	SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS E LIMPEZA AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA - SEAC/BA, CNPJ n. 13.713.607/0001-60	
E	SINDILIMP-BA SIND.TRAB.LIMPEZA PUBLICA,COML,INDL, HOSPITALAR,ASSEIO, PREST. SERV.EM GERAL, CONSERVACAO, JARDINAGEM E CONTROLE DE PRAGAS INTERMUNICIPAL, CNPJ n. 32.700.148/0001-25	
OBS.: cabe esclarecer que foi formalizado, no dia 19 de setembro de 2025, acordo judicial entre o SIEMACO SALVADOR e o SINDILIMP-BA quanto à abrangência territorial para representação sindical dos empregados do ramo de limpeza. Assim, a abrangência do SIEMACO se limita ao posto de servente alocado em CANDEIAS (127ª ZONA ELEITORAL), ficando todos os demais sob abrangência do SINDILIM; o que, entretanto, não repercutiu na estimativa de preços da Administração, considerando a equivalência dos valores.		

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Auxiliar de Jardinagem (25 horas semanais)	posto de serviço	2

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Auxiliar de Jardinagem
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	9922-25
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.530,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	869,32
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
Total		869,32

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33% 72,41
B	Férias e Adicional de Férias	11,11% 96,58
Total		19,44% 168,99

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	207,66
B	Salário Educação	2,50%	25,95
C	SAT	3,00%	31,14
D	SESC ou SESI	1,50%	15,57
E	SENAI - SENAC	1,00%	10,38
F	SEBRAE	0,60%	6,22
G	INCRA	0,20%	2,07
H	FGTS	8,00%	83,06
Total		36,80%	382,05

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	167,84
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-
C	Assistência Médica	280,00
D	Assistência Odontológica	23,00
E	Seguro de Vida	4,80
Total		475,64



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13° (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	168,99
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	382,05
2.3	Benefícios Mensais e Diários	475,64
Total		1.026,68

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	3,56
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	0,28
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	1,39
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	15,99
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	5,88
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	26,42
Total			53,52

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,92%	17,93
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	10,72
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,38
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	6,43
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	2,16
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			37,62

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
Total		-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	37,62
4.2	Substituto na Intra jornada	-
Total		37,62

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	7,90
B	Materiais	-
C	Equipamentos	32,10
D	EPIs	30,99
Total		70,99

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	102,91
B	Lucro	6,00%	129,66
C	Tributos	8,65%	216,91
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	16,30
	C.1.B. COFINS	3,00%	75,23
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	125,38
Total		21,84%	449,48

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	869,32
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.026,68
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	53,52
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	37,62
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	70,99
Subtotal (A + B + C + D + E)		2.058,13
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	449,48
Valor Total por Empregado		2.507,61



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Informação sobre estimativa da Administração

Informa-se que foi utilizada a seguinte Convenção Coletiva de Trabalho no cálculo do valor pela Administração, a qual <u>não</u> será de uso obrigatório pelas licitantes:		
A	Convenção Coletiva de Trabalho	2025/2026
B	Número de Registro no MTE	BA000817/2024
C	Data do Registro	03/12/2024
D	SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS E LIMPEZA AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA - SEAC/BA, CNPJ n. 13.713.607/0001-60	
E	SINDILIMP-BA SIND.TRAB.LIMPEZA PUBLICA,COML,INDL, HOSPITALAR,ASSEIO, PREST. SERV.EM GERAL, CONSERVACAO, JARDINAGEM E CONTROLE DE PRAGAS INTERMUNICIPAL, CNPJ n. 32.700.148/0001-25	
OBS.: cabe esclarecer que foi formalizado, no dia 19 de setembro de 2025, acordo judicial entre o SIEMACO SALVADOR e o SINDILIMP-BA quanto à abrangência territorial para representação sindical dos empregados do ramo de limpeza. Assim, a abrangência do SIEMACO se limita ao posto de servente alocado em CANDEIAS (127ª ZONA ELEITORAL), ficando todos os demais sob abrangência do SINDILIM; o que, entretanto, não repercutiu na estimativa de preços da Administração, considerando a equivalência dos valores.		

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Servente de Limpeza (25 horas semanais) - acréscimo temporário (34 dias)	posto de serviço	99

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Servente de Limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-20
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.530,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	869,32
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	303,60



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
Total		1.172,92

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33% 97,70
B	Férias e Adicional de Férias	11,11% 130,31
Total		19,44% 228,01

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	280,18
B	Salário Educação	2,50%	35,02
C	SAT	3,00%	42,02
D	SESC ou SESI	1,50%	21,01
E	SENAI - SENAC	1,00%	14,00
F	SEBRAE	0,60%	8,40
G	INCRA	0,20%	2,80
H	FGTS	8,00%	112,07
Total		36,80%	515,50

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	23,08
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-
C	Assistência Médica	280,00
D	Assistência Odontológica	23,00
E	Seguro de Vida	4,80
Total		330,88



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13° (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	228,01
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	515,50
2.3	Benefícios Mensais e Diários	330,88
Total		1.074,39

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	-
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	-
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
Total			-

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	12,36
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,00%	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,00%	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,00%	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			12,36

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
Total		-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	12,36
4.2	Substituto na Intra jornada	-
Total		12,36

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	188,06
B	Materiais	-
C	Equipamentos	-
D	EPIs	-
Total		188,06

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	122,39
B	Lucro	6,00%	154,21
C	Tributos	8,65%	257,97
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	19,38
	C.1.B. COFINS	3,00%	89,47
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	149,11
Total		21,84%	534,56

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.172,92
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.074,39
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	12,36
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	188,06
Subtotal (A + B + C + D + E)		2.447,73
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	534,56
Valor Total por Empregado		2.982,29



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Informação sobre estimativa da Administração

Informa-se que foi utilizada a seguinte Convenção Coletiva de Trabalho no cálculo do valor pela Administração, a qual <u>não</u> será de uso obrigatório pelas licitantes:		
A	Convenção Coletiva de Trabalho	2025/2026
B	Número de Registro no MTE	BA000817/2024
C	Data do Registro	03/12/2024
D	SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS E LIMPEZA AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA - SEAC/BA, CNPJ n. 13.713.607/0001-60	
E	SINDILIMP-BA SIND.TRAB.LIMPEZA PUBLICA,COML,INDL, HOSPITALAR,ASSEIO, PREST. SERV.EM GERAL, CONSERVACAO, JARDINAGEM E CONTROLE DE PRAGAS INTERMUNICIPAL, CNPJ n. 32.700.148/0001-25	
OBS.: cabe esclarecer que foi formalizado, no dia 19 de setembro de 2025, acordo judicial entre o SIEMACO SALVADOR e o SINDILIMP-BA quanto à abrangência territorial para representação sindical dos empregados do ramo de limpeza. Assim, a abrangência do SIEMACO se limita ao posto de servente alocado em CANDEIAS (127ª ZONA ELEITORAL), ficando todos os demais sob abrangência do SINDILIM; o que, entretanto, não repercutiu na estimativa de preços da Administração, considerando a equivalência dos valores.		

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Servente de Limpeza (25 horas semanais) - acréscimo temporário (54 dias)	posto de serviço	10

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Servente de Limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-20
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.530,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	869,32
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	303,60
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
Total		1.172,92

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33% 97,70
B	Férias e Adicional de Férias	11,11% 130,31
Total		19,44% 228,01

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	280,18
B	Salário Educação	2,50%	35,02
C	SAT	3,00%	42,02
D	SESC ou SESI	1,50%	21,01
E	SENAI - SENAC	1,00%	14,00
F	SEBRAE	0,60%	8,40
G	INCRA	0,20%	2,80
H	FGTS	8,00%	112,07
Total		36,80%	515,50



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	23,08
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-
C	Assistência Médica	280,00
D	Assistência Odontológica	23,00
E	Seguro de Vida	4,80
Total		330,88

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	228,01
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	515,50
2.3	Benefícios Mensais e Diários	330,88
Total		1.074,39

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	-
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	-
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
Total			-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	12,36
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,00%	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,00%	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,00%	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			12,36

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
Total		-

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	12,36
4.2	Substituto na Intra jornada	-
Total		12,36

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	118,41
B	Materiais	-
C	Equipamentos	-
D	EPIs	-
Total		118,41



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	118,90
B	Lucro	6,00%	149,82
C	Tributos	8,65%	250,63
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	18,83
	C.1.B. COFINS	3,00%	86,92
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	144,87
Total		21,84%	519,35

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.172,92
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.074,39
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	12,36
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	118,41
Subtotal (A + B +C+ D + E)		2.378,08
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	519,35
Valor Total por Empregado		2.897,43



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

HORA EXTRA

Valores Referenciais		
posto	Servente de Limpeza	
rem		1.530,00
rem/hora	220	6,95
13fa	19,44%	1,35
subtotal 1		8,30
es	36,80%	3,05
subtotal 2		11,35
ci, ℓ, t	21,84%	2,48
custo hora normal		13,83
he dias úteis	50%	20,75
he dom-fer	100%	27,66
Fechamento de Cadastro (total da categoria)		
dias úteis	792	16.434,00
domingos-feriados	297	8.215,02
total		24.649,02
Eleições (total da categoria)		
dias úteis	2076	43.077,00
domingos-feriados	2628	72.690,48
total		115.767,48
custo total com horas extras		140.416,50



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Materiais – consumo ano não eleitoral

tipo	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade	valor unitário	valor total do item
material	7	Água sanitária	litro	2760	R\$ 1,95	R\$ 5.382,00
material	8	Álcool em gel 70%	litro	4140	R\$ 7,54	R\$ 31.215,60
material	9	Álcool líquido	litro	4140	R\$ 4,54	R\$ 18.795,60
material	10	Desinfetante concentrado	litro	5520	R\$ 2,59	R\$ 14.296,80
material	11	Desodorizante para sanitário (desodor)	unidade	8280	R\$ 1,59	R\$ 13.165,20
material	12	Detergente líquido para lavar louças	litro	1380	R\$ 7,49	R\$ 10.336,20
material	13	Esponja dupla face	unidade	2760	R\$ 0,85	R\$ 2.346,00
material	14	Limpa vidros	litro	690	R\$ 4,51	R\$ 3.111,90
material	15	Flanela	unidade	2760	R\$ 2,70	R\$ 7.452,00
material	16	Inseticida spray (sem CFC – uso doméstico)	unidade	1380	R\$ 8,47	R\$ 11.688,60
material	17	Palha de aço	unidade	1380	R\$ 1,23	R\$ 1.697,40
material	18	Pano para chão	unidade	4140	R\$ 4,14	R\$ 17.139,60
material	19	Papel higiênico, rolo de 30m cada, picotado, resistente, branco, folha dupla, absorvente, neutro, sem perfume, 100% fibras celulósicas, não perecíveis	rolo	44160	R\$ 1,34	R\$ 59.174,40
material	20	Papel toalha de luxo (fardo com 1.250 folhas cintadas de 250, branco, liso, macio, absorvente, dobrado para uso em porta-papel, formato 23x27cm, não perecível	fardo	4140	R\$ 17,29	R\$ 71.580,60
material	21	Purificador de ar spray (sem CFC)	unidade	1380	R\$ 8,38	R\$ 11.564,40
material	22	Sabão em pó	quilograma	2760	R\$ 2,80	R\$ 7.728,00
material	23	Sabonete líquido concentrado	litro	5520	R\$ 3,17	R\$ 17.498,40
material	24	Saco plástico preto resistente para lixo de 100 litros	unidade	11040	R\$ 0,60	R\$ 6.624,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

tipo	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade	valor unitário	valor total do item
material	25	Saco plástico preto resistente para lixo de 200 litros	unidade	5520	R\$ 0,66	R\$ 3.643,20
material	26	Saco plástico preto resistente para lixo de 60 litros	unidade	41400	R\$ 0,13	R\$ 5.382,00
material	27	Saco plástico preto resistente para lixo de 40 litros	unidade	11040	R\$ 0,19	R\$ 2.097,60
material	28	Luva de borracha própria para atividades insalubres (Médio/Grande)	par	1380	R\$ 2,52	R\$ 3.477,60
material	29	Desentupidor de pia	unidade	115	R\$ 4,40	R\$ 506,00
material	30	Espanador	unidade	230	R\$ 18,64	R\$ 4.287,20
material	31	Escova com cerdas de nylon	unidade	345	R\$ 3,49	R\$ 1.204,05
material	32	Balde plástico com alça (capacidade de 10 litros)	unidade	345	R\$ 8,88	R\$ 3.063,60
material	33	Balde plástico com alça (capacidade de 20 litros)	unidade	345	R\$ 11,00	R\$ 3.795,00
material	34	Rodo (cabo e base já fixados) 60 cm	unidade	230	R\$ 8,98	R\$ 2.065,40
material	35	Pá para lixo com cabo longo	unidade	345	R\$ 7,05	R\$ 2.432,25
material	36	Vassoura de pelo sintético (com o cabo e a base já fixados)	unidade	345	R\$ 8,38	R\$ 2.891,10
material	37	Vassoura de piaçava grande (com o cabo e a base já fixados) 60cm	unidade	230	R\$ 17,55	R\$ 4.036,50
material	38	Vassoura de piaçava pequena (pia)	unidade	230	R\$ 5,24	R\$ 1.205,20
material	39	Vassoura gari	unidade	230	R\$ 18,11	R\$ 4.165,30
material	40	Terra vegetal	metro cúbico	10	R\$ 280,00	R\$ 2.800,00
material	41	Adubo	quilograma	100	R\$ 1,00	R\$ 100,00
material	42	Pesticida	litro	40	R\$ 38,53	R\$ 1.541,20
material	43	Uréia	quilograma	100	R\$ 3,11	R\$ 311,00
material	44	Formicida granulada	quilograma	40	R\$ 70,64	R\$ 2.825,60



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

tipo	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade	valor unitário	valor total do item
material	45	Húmus de minhoca	quilograma	20	R\$ 19,19	R\$ 383,80
material	46	Óleo de motor	litro	24	R\$ 40,21	R\$ 965,04
material	47	Nylon para roçadeira (3mm)	metro	100	R\$ 0,74	R\$ 74,00
material	48	Gasolina comum	litro	160	R\$ 6,28	R\$ 1.004,80

TOTAL DE MATERIAIS	R\$ 365.054,14
---------------------------	-----------------------

CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS	21,84%	R\$ 79.727,82
---	---------------	----------------------

TOTAL ESTIMADO	R\$ 444.781,96
-----------------------	-----------------------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Materiais – consumo ano eleitoral

tipo	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade	valor unitário	valor total do item
material	7	Água sanitária	litro	3105	R\$ 1,95	R\$ 6.054,75
material	8	Álcool em gel 70%	litro	4600	R\$ 7,54	R\$ 34.684,00
material	9	Álcool líquido	litro	4600	R\$ 4,54	R\$ 20.884,00
material	10	Desinfetante concentrado	litro	6095	R\$ 2,59	R\$ 15.786,05
material	11	Desodorizante para sanitário (desodor)	unidade	9200	R\$ 1,59	R\$ 14.628,00
material	12	Detergente líquido para lavar louças	litro	1610	R\$ 7,49	R\$ 12.058,90
material	13	Esponja dupla face	unidade	3105	R\$ 0,85	R\$ 2.639,25
material	14	Limpa vidros	litro	805	R\$ 4,51	R\$ 3.630,55
material	15	Flanela	unidade	3105	R\$ 2,70	R\$ 8.383,50
material	16	Inseticida spray (sem CFC – uso doméstico)	unidade	1610	R\$ 8,47	R\$ 13.636,70
material	17	Palha de aço	unidade	1610	R\$ 1,23	R\$ 1.980,30
material	18	Pano para chão	unidade	4600	R\$ 4,14	R\$ 19.044,00
material	19	Papel higiênico, rolo de 30m cada, picotado, resistente, branco, folha dupla, absorvente, neutro, sem perfume, 100% fibras celulósicas, não perecíveis	rolo	48760	R\$ 1,34	R\$ 65.338,40
material	20	Papel toalha de luxo (fardo com 1.250 folhas cintadas de 250, branco, liso, macio, absorvente, dobrado para uso em porta-papel, formato 23x27cm, não perecível	fardo	4600	R\$ 17,29	R\$ 79.534,00
material	21	Purificador de ar spray (sem CFC)	unidade	1610	R\$ 8,38	R\$ 13.491,80
material	22	Sabão em pó	quilograma	3105	R\$ 2,80	R\$ 8.694,00
material	23	Sabonete líquido concentrado	litro	6095	R\$ 3,17	R\$ 19.321,15
material	24	Saco plástico preto resistente para lixo de 100 litros	unidade	12190	R\$ 0,60	R\$ 7.314,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

tipo	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade	valor unitário	valor total do item
material	25	Saco plástico preto resistente para lixo de 200 litros	unidade	6095	R\$ 0,66	R\$ 4.022,70
material	26	Saco plástico preto resistente para lixo de 60 litros	unidade	45770	R\$ 0,13	R\$ 5.950,10
material	27	Saco plástico preto resistente para lixo de 40 litros	unidade	12190	R\$ 0,19	R\$ 2.316,10
material	28	Luva de borracha própria para atividades insalubres (Médio/Grande)	par	1610	R\$ 2,52	R\$ 4.057,20
material	29	Desentupidor de pia	unidade	115	R\$ 4,40	R\$ 506,00
material	30	Espanador	unidade	230	R\$ 18,64	R\$ 4.287,20
material	31	Escova com cerdas de nylon	unidade	345	R\$ 3,49	R\$ 1.204,05
material	32	Balde plástico com alça (capacidade de 10 litros)	unidade	345	R\$ 8,88	R\$ 3.063,60
material	33	Balde plástico com alça (capacidade de 20 litros)	unidade	345	R\$ 11,00	R\$ 3.795,00
material	34	Rodo (cabo e base já fixados) 60 cm	unidade	230	R\$ 8,98	R\$ 2.065,40
material	35	Pá para lixo com cabo longo	unidade	345	R\$ 7,05	R\$ 2.432,25
material	36	Vassoura de pelo sintético (com o cabo e a base já fixados)	unidade	345	R\$ 8,38	R\$ 2.891,10
material	37	Vassoura de piaçava grande (com o cabo e a base já fixados) 60cm	unidade	230	R\$ 17,55	R\$ 4.036,50
material	38	Vassoura de piaçava pequena (pia)	unidade	230	R\$ 5,24	R\$ 1.205,20
material	39	Vassoura gari	unidade	230	R\$ 18,11	R\$ 4.165,30
material	40	Terra vegetal	metro cúbico	10	R\$ 280,00	R\$ 2.800,00
material	41	Adubo	quilograma	100	R\$ 1,00	R\$ 100,00
material	42	Pesticida	litro	40	R\$ 38,53	R\$ 1.541,20
material	43	Uréia	quilograma	100	R\$ 3,11	R\$ 311,00
material	44	Formicida granulada	quilograma	40	R\$ 70,64	R\$ 2.825,60
material	45	Húmus de minhoca	quilograma	20	R\$ 19,19	R\$ 383,80
material	46	Óleo de motor	litro	24	R\$ 40,21	R\$ 965,04



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

tipo	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade	valor unitário	valor total do item
material	47	Nylon para roçadeira (3mm)	metro	100	R\$ 0,74	R\$ 74,00
material	48	Gasolina comum	litro	160	R\$ 6,28	R\$ 1.004,80

TOTAL DE MATERIAIS	R\$ 403.106,49
---------------------------	-----------------------

CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS	21,84%	R\$ 88.038,46
---	---------------	----------------------

TOTAL ESTIMADO	R\$ 491.144,95
-----------------------	-----------------------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90020/2025

ANEXO III

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

FIRMA OU DENOMINAÇÃO:

CNPJ/MF N.º:

ENDEREÇO:

TEL.: MUNICÍPIO: E-MAIL:

Serviços de XXXXXXXXXXXXXXXX

	N.º Processo	
	Licitação N.º	

Dia ____/____/____ às ____:____ horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Número de meses de execução contratual	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

Mão-de-obra

Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros (especificar)	
	Total da Remuneração	

Nota 1: O Módulo 1 refere-se **ao valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço.

MÓDULO 2: - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário		
B	Férias e Adicional de Férias		
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).**

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável **(incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Submódulo 2.2 - GPS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		%	Valor (R\$)
A	INSS		
B	Salário Educação		
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)		
D	SESC ou Sesi		
E	SENAI - SENAC		
F	SEBRAE		
G	INCRA		
H	FGTS		
TOTAL SUBMÓDULO 2.2			

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).**

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			Valor (R\$)
A	Transporte	-	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	
C	Assistência Médica e Familiar	-	
D	Assistência Odontológica		
E	Seguro de vida		
F	Outros (especificar)	-	
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
TOTAL DO MÓDULO 2		

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.		
TOTAL DO MÓDULO 3			

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais		%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais		
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade		
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho		
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		
TOTAL SUBMÓDULO 4.1			

Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)		%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação		
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	
4.2	Substituto na Intra jornada	
TOTAL DO MÓDULO 4		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		Valor (R\$)
A	Uniformes	-	
B	Materiais	-	
C	Equipamentos	-	
D	EPI	-	
F	Outros (Especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 5		-	

Nota: Valores mensais por empregado.

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	TRIBUTOS		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 6			

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	
	Subtotal (A + B + C + D + E)	
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado		
Preço Total do Posto		

QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D x E)
I	Serviço 1 (indicar)	R\$		R\$		R\$
II	Serviço 2 (indicar)	R\$		R\$		R\$
...	Serviço .. (indicar)	R\$		R\$		R\$
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II + III + ...)						



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

QUADRO-DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

postos regulares - valor

item	especificação	valor mensal unitário	quantidade	valor mensal	valor anual
1	Servente de Limpeza (25 horas semanais)		115		
2	Auxiliar de Jardinagem (25 horas semanais)		2		

capinagem

item	especificação	unidade de medida	valor unitário	quantidade anual	valor anual
3	Capinagem	metro quadrado		38.712,76	

acrécimo de postos em ano eleitoral

item	especificação	valor mensal unitário	quantidade	valor mensal	valor total
4	Servente de Limpeza (25 horas semanais) - acréscimo temporário (34 dias)		99		
5	Servente de Limpeza (25 horas semanais) - acréscimo temporário (54 dias)		10		

Total Estimado da Contratação

ano não eleitoral		ano eleitoral	
postos regulares		postos regulares	
capinagem		capinagem	
materiais		materiais	
acrécimo de postos		acrécimo de postos	
horas extras		horas extras	
total [A]		total [B]	
valor total da contratação (para o prazo de 24 meses)			[A] + [B] =

1. A Estrutura da Planilha de Custos tem como parâmetro o modelo estabelecido na Planilha constante do Anexo VII-D da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 (com alterações da Instrução Normativa nº 7, de 2018) e exclusão das rubricas IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) conforme Acórdão nº 950/2007 – TCU.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

2. As planilhas de custos devem ser elaboradas pela licitante em conformidade com a sua realidade, com a legislação vigente e com o previsto neste edital;
3. Deverá ser elaborada uma planilha de custos, observando-se o quanto disposto na Seção X do Edital.
4. Os Encargos Sociais e os tributos (ISS, COFINS e PIS) devem ser informados com base no regime de tributação ao qual a licitante estará submetida durante a execução do contrato. No caso específico de itens Estimativos, estes devem ser definidos com base na realidade da empresa.

Salvador, _____ de _____ de 20XX

Representante legal da empresa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90020/2025

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO E JARDINAGEM, BEM COMO SERVIÇOS EVENTUAIS DE CAPINAGEM, COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA RESIDENTE E FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, COM ALOCAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO DE SERVENTE DE LIMPEZA E AUXILIAR DE JARDINAGEM, A SEREM EXECUTADOS NAS UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL NO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, E A EMPRESA

CONTRATO N.º 00/20XX

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.967.350/0001-45, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **XXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua **XXXXXXXXXXXX**, CEP: **XXXXXXXXXXXX**, telefone n.º (XX) **XXXXXXXXXXXX**, e-mail **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração juntada aos autos, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO E JARDINAGEM, BEM COMO SERVIÇOS EVENTUAIS DE CAPINAGEM, COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA RESIDENTE E FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, COM ALOCAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO DE SERVENTE DE LIMPEZA E AUXILIAR DE JARDINAGEM, A SEREM EXECUTADOS NAS UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL NO**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA, albergado na Lei nº 14.133/2021, resultante do **Pregão n.º 90020/2025**, consoante Processo (SEI) n.º 0010327-42.2025.6.05.8000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto do presente contrato é prestação contínua de serviços terceirizados de limpeza, higienização, conservação e jardinagem, bem como serviços eventuais de capinagem, com cessão de mão de obra residente e fornecimento de material de consumo e equipamentos necessários, com alocação de postos de trabalho de servente de limpeza e auxiliar de jardinagem, a serem executados nas unidades da Justiça Eleitoral no interior do estado da Bahia, conforme as condições estabelecidas no Edital de **Pregão n.º 90020/2025** e na proposta firmada pela Contratada.
2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 2.1. o Termo de Referência;
 - 2.2. o Edital da Licitação;
 - 2.3. a Proposta da Contratada;
 - 2.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

1. O valor total estimado do presente contrato é de **R\$**, incluindo todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços.
2. O Contratante pagará à Contratada o valor mensal de R\$
(.....), conforme discriminação a seguir.

postos regulares - valor

item	especificação	valor mensal unitário	quantidade	valor mensal	valor anual
1	Servente de Limpeza (25 horas semanais)		115		
2	Auxiliar de Jardinagem (25 horas semanais)		2		

capinagem

item	especificação	unidade de medida	valor unitário	quantidade anual	valor anual
3	Capinagem	metro quadrado		38.712,76	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

acréscimo de postos em ano eleitoral

item	especificação	valor mensal unitário	quantidade	valor mensal	valor total
4	Servente de Limpeza (25 horas semanais) - acréscimo temporário (34 dias)		99		
5	Servente de Limpeza (25 horas semanais) - acréscimo temporário (54 dias)		10		

Total Estimado da Contratação

ano não eleitoral		ano eleitoral	
postos regulares		postos regulares	
capinagem		capinagem	
materiais		materiais	
acréscimo de postos		acréscimo de postos	
horas extras		horas extras	
total [A]		total [B]	
valor total da contratação (para o prazo de 24 meses)			[A] + [B] =

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa correrá à conta do elemento **xxxx. “xxxxxxxxxx”**, vinculado à Ação **xxxxxxxxxx – “xxxxxxxxxx”**, do Programa “Gestão do Processo Eleitoral”.
2. Para a cobertura das despesas, foi emitida a Nota de Empenho n.º **20XXNEXXXX**, em **xx** de **xxxxxxxxxxxxxx** de 20XX.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E GESTÃO CONTRATUAL E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução do serviço, bem como os prazos e condições de **conclusão, entrega e recebimento do objeto**, constam no Termo de Referência, que integra este instrumento contratual.
2. Será exigida garantia de execução de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, de acordo com as regras constantes do Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. A Contratante obriga-se a:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes do instrumento contratual e do Termo de Referência;

d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

e) colocar à disposição da contratada local para guarda dos materiais e equipamentos, bem como para a guarda dos uniformes e outros pertences dos empregados;

f) permitir o livre acesso dos empregados da contratada para execução dos serviços;

g) informar a relação de entidades conveniadas por este Tribunal, responsáveis pela política de atenção a mulheres em situação de vulnerabilidade econômico-social, para cumprimento pela Contratada das disposições previstas na alínea “u” da Cláusula Sexta deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente contrato, no termo de referência e na legislação vigente:

a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta, devendo observar, durante toda a execução contratual as garantias trabalhistas, especialmente:

1) cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

2) não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

3) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4) não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

5) receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

6) assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço, devendo adotar os procedimentos definidos pela SEGES/MGI (IN nº 213/2025), especialmente;

6.1) realizar o planejamento das férias dos trabalhadores terceirizados desde o início do contrato, na forma do disposto no art. 2º, §§ 1º e 2º da IN nº 213/2025 da SEGES/MGI;

6.2) realizar a programação da fruição das férias de cada colaborador terceirizado com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência ao término do período aquisitivo, não se aplicando essa disposição ao período aquisitivo encerrado nos primeiros 90 (noventa) dias do contrato;

6.3) enviar à fiscalização do contrato, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, o relatório de programação das férias dos trabalhadores alocados à prestação do serviço, observados os prazos do **item 6.2**, a partir do segundo mês da execução contratual;

6.3.1) o relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto, e informações sobre as férias, conforme alínea a, item 10.1, do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017;

6.3.2) as informações sobre as férias deverão incluir: as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já esteja programada; e o parcelamento dos períodos de férias, se houver;

6.3.3) o planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, de acordo com o art. 8º e seus §§ 1º e 2º IN SEGES/MGI nº 213/2025;

7) assegurar aos trabalhadores a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, conforme disciplinado no Termo de Referência;

8) abonar as ausências justificadas dos trabalhadores previstas no inciso XII do artigo 473 da Consolidação das Lei do Trabalho (até três dias de ausência ao serviço, em cada doze meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer), as quais não deverão ser compensadas, mas precisarão ser devidamente comprovadas junto ao empregador.

b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento, devendo ainda:

1) apresentar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da assinatura do respectivo Contrato, ou da admissão de nova(o) empregada(o), a relação identificada das respectivas contas-salário;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- 2) providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços ou da admissão de nova(o) empregada(o), a emissão do Cartão Cidadão, expedido pela CAIXA, para toda(o)s a(o)s empregada(o)s terceirizada(o)s envolvida(o)s na prestação dos serviços;
- 3) providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços ou da admissão de nova(o) empregada(o), o acesso de toda(o)s a(o)s terceirizada(o)s envolvida(o)s na prestação dos serviços em tela, via Internet, com a utilização de senha pessoal, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil;
- 4) realizar o pagamento da remuneração mensal (salários, auxílio alimentação e todas as demais verbas trabalhistas previstas na legislação e em CCT) da(o)s trabalhadora(e)s rigorosamente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, nos termos da legislação vigente, independente do pagamento da fatura mensal pelo CONTRATANTE;
- 5) realizar o pagamento da remuneração mensal (salários, auxílio alimentação e todas as demais verbas trabalhistas previstas na legislação e em CCT) da(o)s trabalhadora(e)s em estrita observância a todos os valores e percentuais previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;
- 6) realizar o pagamento mensal do vale-transporte da(o)s trabalhadora(e)s rigorosamente até o último dia do mês anterior, em estrita observância a todos os valores e percentuais previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;
- 7) realizar o pagamento de 13º salário, das férias e das verbas rescisórias da(o)s trabalhadora(e)s rigorosamente até o prazo fixado na legislação e nas normas coletivas vigentes;
- 8) realizar o pagamento de 13º salário, das férias e das verbas rescisórias da(o)s trabalhadora(e)s em absoluta observância a todos os percentuais e valores previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;
- 9) recolher mensalmente as contribuições previdenciárias e o FGTS da(o)s trabalhadora(e)s nos prazos previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes, e segundo os percentuais e valores fixados na legislação vigente;
- 10) fazer todos os pagamentos de remuneração, 13º salário, férias e verbas rescisórias por meio de depósito bancário na conta da(o) trabalhadora(trabalhador) beneficiária(o);
- 11) fornecer, sempre que solicitados pelo CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas da(o)s terceirizada(o)s colocada(o)s à disposição do CONTRATANTE;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

12) orientar e exigir que toda(o)s a(o)s sua(eu)s empregada(o)s forneçam, sempre que solicitado pela Fiscalização, seus extratos de contas do FGTS, PIS e do INSS;

c) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;

d) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;

e) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação, devendo ainda:

1) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

1.1) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela Fiscalização do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

f) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, salvo se houver autorização no Termo de Referência (Anexo I do Edital);

g) abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato, devendo ainda:

1) **firmar declaração** por escrito com os empregados responsáveis pela execução dos serviços atestando não serem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, inclusive, de servidor e membros ou juízes vinculados ao Tribunal;

2) **comunicar imediatamente** à Contratada qualquer ocorrência superveniente que configure hipótese de nepotismo (art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005), conforme **alínea “g” acima**.

h) abster-se, durante toda a vigência do contrato, de colocar à disposição deste Tribunal, para o exercício de funções de chefia, pessoas que:

1) Cometeram atos de improbidade administrativa;

2) Cometeram crimes:

I – contra a administração pública;

II – contra a incolumidade pública;

III – contra a fé pública;

IV – hediondos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

V – praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

VI – de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;

VII – eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

VIII – de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

3) Praticaram atos causadores de perda do cargo ou emprego público;

4) Foram excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatório judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

5) Tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente;

6) Não se aplica a vedação prevista na alínea “h” quando o crime tenha sido culposos ou considerado de menor potencial ofensivo, ou ainda, depois de decorrido cinco anos da:

I - extinção da punibilidade do crime respectivo, salvo em caso de absolvição pela instância superior, que retroagirá para todos os efeitos;

II - decisão que tenha ocasionado a exclusão do exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;

III - rejeição das contas relativas ao exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;

IV - cessação dos efeitos da suspensão dos direitos políticos.

i) cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;

j) realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados, bem como instruí-los quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

k) treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes da Contratante;

l) manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme;

m) registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo à Contratante o acesso ao controle de frequência;

n) responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da Contratante, por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário, para assegurar a continuidade normal dos serviços;

o) adotar providências para que todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, possuam cartão cidadão ou outro cartão equivalente, que possibilite consulta e recebimento de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;

p) efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços;

q) providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;

r) adotar, na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940/2006;

s) comprovar, sempre que determinado pela Contratante, o cumprimento das obrigações previstas na norma coletiva que rege a categoria, e a que esteja obrigada, ou na legislação pertinente, observado o disposto nas **condições 10.11 a 10.14 do Edital**,

t) cumprir e fazer cumprir por seus empregados e prepostos o Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (Resolução Administrativa nº 3/2017).

u) Reservar no mínimo **50% (cinquenta por cento)** das vagas deste Contrato para as mulheres, destinando no mínimo **5% (cinco por cento)** dessas vagas de participação feminina para as mulheres incluídas em situação de vulnerabilidade econômico-social, atendida a qualificação profissional necessária, conforme abaixo:

- 1) pelo menos 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do total de vagas reservadas deverão ser destinados a mulheres vítimas de violência no contexto doméstico e familiar;
- 2) os outros 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) das vagas reservadas deverão ser preenchidas por:
 - I - mulheres trans e travestis;
 - II - migrantes e refugiadas;
 - III - mulheres em situação de rua;
 - IV - mulheres egressas do sistema prisional; e
 - V - mulheres indígenas, campesinas e quilombolas.
- 3) as vagas serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- 4) o percentual mínimo de mão de obra estabelecido na alínea “v” deverá ser mantido durante toda a execução contratual.
- 5) a Contratada deverá formalizar, perante à(s) entidade(s) Conveniada(s) deste Tribunal a solicitação de fornecimento de relação nominal das mulheres em estado de vulnerabilidade, que atendam aos requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência anexo a este Contrato.
- 6) a Contratada ficará liberada da obrigação, caso a(s) entidade(s) Conveniada(s) da Contratante não apresente(m) a relação nominal ou emita(m) declaração de que não dispõe(m) de trabalhadoras que atendam aos requisitos mínimos previstos no Termo de Referência.
- 7) a indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento do disposto na alínea “v”.
- 8) previamente ao início da execução do objeto contratual, a Contratada deverá enviar relação com o quantitativo das trabalhadoras contratadas com base nas situações de vulnerabilidade acima apontadas, mantida a identidade delas sob sigilo, sendo vedado qualquer tipo de discriminação no exercício de suas funções.

v) apresentar à Fiscalização do Contrato, no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados na notificação formal deste Tribunal, relação de seus empregados e empregadas alocados na prestação dos serviços com os dados pessoais exigidos nas disposições da **Resolução n. 587, de 04/10/2024, do Conselho Nacional de Justiça**, relativos à raça, cor, identidade de gênero, pessoa com deficiência e outros, conforme modelo a ser fornecido pela Contratante, observando as regras de **Proteção de Dados Pessoais e Segurança da Informação**, previstas na **Cláusula Décima Sexta** deste Contrato.

2. Para dar cumprimento ao disposto na alínea “h”, a Contratada deverá apresentar **declaração simplificada**, firmada pelos empregados que exercerão funções de chefia neste Tribunal;

3. A critério da Contratante, poder-se-á exigir, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, que a Contratada apresente Certidões que corroborem o quanto declarado na forma do Item anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

1. Nos termos da Resolução CNJ nº 651/2025 **(Anexo V)**, os valores das rubricas de encargos trabalhistas, relativos a férias, 1/3 constitucional e 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciário e tributos aplicáveis sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional, tais como INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAC, INCRA, salário-educação, FGTS, RAT + FAP e SEBRAE, serão deduzidos do valor mensal do contrato e depositados em **conta-depósito vinculada**, exclusivamente em banco público



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

oficial, bloqueada para movimentação, aberta em nome da Contratada, observados os percentuais constantes da tabela a seguir:

RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO			
ITEM			
13º (décimo terceiro) salário		8,33%	
Férias e 1/3 Constitucional		12,10%	
Multa sobre FGTS, sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado		4,00 %	
Subtotal		24,43%	
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39%	7,60%	7,82%
Total	31,82%	32,03%	32,25%

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

2. Após a assinatura do contrato e sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a Contratada deverá assinar os documentos de abertura da conta vinculada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, e firmar termo que permita ao Tribunal:

- a)** acessar os saldos e extratos da conta vinculada; e
- b)** condicionar a movimentação dos valores à sua autorização expressa.

2.1. O prazo para assinatura dos documentos poderá ser prorrogado pelo Tribunal, mediante justificativa formal da Contratada.

2.2. Enquanto pendente a abertura da **conta-depósito vinculada**, os valores referentes às rubricas discriminadas no item 1 desta cláusula serão retidos do pagamento mensal, de modo a possibilitar que o depósito seja realizado após a ativação da conta, sem prejuízo da penalidade prevista no Termo de Referência (Anexo deste Contrato)

3. A movimentação da **conta-depósito vinculada** será autorizada na seguintes hipótese:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

a) pagamento direto aos empregados, quando o Tribunal autorizar e solicitar ao banco público oficial a transferência dos valores diretamente para a conta dos empregados, para quitação de encargos trabalhistas vencidos;

b) resgate pela Contratada, quando esta comprovar que já efetuou os pagamentos aos empregados e solicitar o reembolso correspondente.

4. Para resgatar os recursos da [conta-depósito vinculada](#), na hipótese da [alínea “b” do item 4 acima](#), a Contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à fiscalização do contrato os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado o valor correspondente às rubricas em questão.

5. O Tribunal expedirá, após a conferência dos cálculos e a verificação da documentação apresentada pela Contratada, a autorização para movimentação dos recursos creditados na conta vinculada e encaminhará à intuição bancária oficial no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

6. Quando os valores a serem liberados da [conta-depósito vinculada](#) se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a Contratada e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de um ano de serviço, o Tribunal deverá requerer a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado, quando exigível por norma coletiva, para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

6.1. Caso a convenção coletiva ou o sindicato exijam o pagamento antes da homologação, a empresa contratada poderá solicitar o resgate da conta vinculada para pagamento das verbas rescisórias, devendo apresentar ao Tribunal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

6.2. A contratada poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta- depósito vinculada para quitação das verbas trabalhistas contingenciadas em relação aos empregados que comprovadamente atuaram na execução do ajuste e que serão desligados do quadro de pessoal da empresa contratada, em decorrência do encerramento da vigência do contrato.

6.3. Se após o(s) resgate(s) ou a(s) movimentação(ões) indicado(s) no [item 6.2 acima](#) houver saldo na conta-depósito vinculada, o valor deverá ser utilizado para pagamento aos empregados que permaneceram no quadro de pessoal da Contratada à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual.

6.4. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

6.5. A homologação em sindicato diverso ao da categoria somente será aceita quando prevista em instrumento coletivo de trabalho.

7. Os saldos da conta-depósito serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

8. A implementação do disposto nesta Seção acarretará acréscimo de eventuais despesas para abertura e manutenção da **conta-depósito vinculada**, que deverão ser suportadas na taxa de administração (custos indiretos) constante na proposta comercial da empresa.

9. Será retido do pagamento mensal devido à Contratada o valor das despesas acima referidas (**item 8**), caso a instituição bancária promova o desconto direto na **conta-depósito vinculada**.

CLÁUSULA OITAVA – DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

1. A liquidação da despesa e o pagamento serão efetuados na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

1. Será admitida a repactuação de preços desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

1.1. Para a repactuação da rubrica relativa ao **valor de transporte**, será considerada a data da apresentação da proposta como marco temporal.

2. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional, o interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

2.1. Para os custos decorrentes do mercado, o interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da apresentação da proposta.

2.2. Inexistindo acordo, convenção ou dissídio coletivo, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços, contando-se o interregno mínimo da data de apresentação da proposta.

2.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

2.4. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

3. As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo dissídio, acordo ou convenção coletiva da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

3.1. Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de dissídio, convenção, acordo coletivo de trabalho ou definidos pelo poder público, tais como auxílio alimentação e vale transporte, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento – e por meio do mesmo instrumento – em que ocorrer a repactuação da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item, nos termos dos itens 1 e 2 desta cláusula.

3.2. Os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação serão amortizados e/ou eliminados após o primeiro ano de vigência do contrato.

3.2.1. O Módulo 3 – Provisão para Rescisão – será ajustado em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Nota Técnica nº 652/2017-MP-2, emitida pela Coordenação-Geral de Normas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3.3. A alteração do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) não será considerada para efeito de repactuação de preços, seja para redução, seja para majoração da rubrica (SAT/RAT).

3.4. Sujeitando-se a Contratada ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições. Para tanto, poderá ser solicitado pela Administração documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro documento considerado igualmente hábil.

4. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva, e sobre os quais não incidirá o percentual de lucro previsto na proposta da contratada e no contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- 4.1.** Benefícios concedidos pela licitante por mera liberalidade não vinculam a Administração, não sendo considerados para efeito de repactuação/reajuste de preços.
 - 4.2.** A Administração não se vincula a disposições previstas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que estabeleçam obrigações ou direitos aplicáveis apenas aos contratos firmados com a Administração Pública.
 - 4.3.** A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021).
- 5.** A solicitação de repactuação somente será deferida por meio de negociação entre as partes, considerando-se:
- I – os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
 - II – as particularidades do contrato em vigência;
 - III – o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
 - IV – a nova planilha com a variação dos custos apresentada; e
 - V – indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.
- 6.** O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no item 3 desta cláusula, em consonância com o disposto no § 6º do art. 135 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.** O Tribunal poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.
- 8.** O prazo de 1 (um) mês acima referido ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Tribunal para a comprovação da variação dos custos.
- 9.** Na superveniência de prorrogação da vigência ou extinção do contrato, em que não seja requerido o direito à repactuação por parte da Contratada, operará a preclusão desse direito, ressalvadas apenas as situações nas quais as negociações para a celebração do acordo ou da convenção de trabalho ou a solução do dissídio coletivo ultrapassem a data-base e, nesse ínterim, a Administração convoque o contratado para a prorrogação ou sobrevenha extinção do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

10. É admitido, por ocasião da repactuação, o reajuste dos preços dos insumos e dos materiais, observado o interregno mínimo de um ano, contado da data de apresentação da proposta.

10.1 Se, no momento da repactuação, a Contratada ainda não fizer jus ao reajuste, nos termos deste item, ocorrerá somente a repactuação, podendo, ~~a Contratada~~, em momento oportuno, após o implemento da condição (interregno mínimo de um ano), ser solicitado o reajuste de direito.

10.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

11. Para os reajustes de insumos e materiais será utilizada a variação do IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, contados da data da proposta da Contratada ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, adotando-se a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 11 desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

12. Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

13. A Administração deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

14. A repactuação será formalizada por meio de termo aditivo e o reajuste por meio apostilamento ao contrato e, quando ocorrerem simultaneamente, constarão do mesmo aditivo contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. A matriz de alocação de riscos objetiva, preventivamente, definir os riscos e responsabilidades entre as partes, bem como caracterizar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de **eventos supervenientes à data da proposta da Contratada**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- 1.1.** A data de apresentação da proposta consubstancia o marco legal-temporal para fins de verificação do caráter superveniente dos fatos/atos apontados como causadores de desequilíbrio econômico-financeiro contratual.
 - 1.1.1.** Para contratações precedidas de licitação, registre-se que a "data de apresentação da proposta", para fins de marco legal-temporal, corresponde à "data limite para apresentação da proposta".
 - 1.2.** O conteúdo e valor da proposta consubstancia o parâmetro inicial do equilíbrio econômico-financeiro contratual, servindo como base comparativa dos elementos referenciais, legais e obrigacionais existentes à época de sua apresentação, inclusive em relação ao orçamento estimado da Administração para a contratação.
- 2. São hipóteses que justificam o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, os seguintes eventos supervenientes:**
- 2.1.** Força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado (álea extraordinária), respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato (art. 124, II, "d", da NLLC).
 - 2.1.1.** O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nesta hipótese, dependerá de comprovação robusta e conclusiva da ocorrência superveniente de álea econômica extraordinária, e será formalizada mediante termo aditivo.
 - 2.1.2.** O desequilíbrio econômico-financeiro não pode ser constatado a partir da variação de preços de apenas um ou alguns serviços ou insumos integrante do contrato, fazendo-se necessária a comprovação do impacto no equilíbrio global do contrato (Acórdão 1.466/2013-TCU-Plenário; Acórdão 2408/2009-TCU-Plenário; Acórdão TCU 1604/2015-Plenário).
 - 2.1.3.** A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da Contratada ou por superação dos limites de receita bruta anual de que cuida o art. 30 da LC nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo (ON AGU nº 61/2020).
 - 2.1.4.** O valor do contrato abaixo do de mercado não é causa suficiente para justificar seu reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que essa situação pode decorrer, por exemplo, de estratégia empresarial, de condições oferecidas na licitação ou de aumento de custos provocado pela variação normal de mercado, não se inserindo na álea econômica extraordinária e extracontratual (Acórdão TCU 2795/2013-Plenário; Acórdão TCU 7249/2016-Segunda Câmara; Acórdão TCU 3011/2014 - Plenário).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- 2.1.5.** Nas contratações cujo equilíbrio global esteja diretamente atrelado ao valor do Dólar EUA, considera-se presente a álea extraordinária quando, no período de 1 (um) mês-calendário, o valor da referida moeda estrangeira para venda apurado pelo Banco Central do Brasil sofrer variação, positiva ou negativa, superior a 10% (dez por cento) (art. 1º do Decreto nº 8.451/2015).
- 2.2.** Alterações unilaterais determinadas pela Administração, nas hipóteses do inciso I do *caput* do art. 124 da NLLC (art. 124, I, c/c art. 103, §5º, I, ambos da NLLC);
- 2.2.1.** O equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação, nesta hipótese, será apurado e formalizado concomitantemente com a respectiva instrução processual e formalização da alteração unilateral determinada pela Administração, mediante termo aditivo (art. 130 da NLLC).
- 2.3.** Criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134 c/c art. 103, §5º, II, ambos da NLLC).
- 2.3.1.** Nas contratações de natureza continuada (fornecimentos ou serviços continuados), o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nesta hipótese, poderá ser formalizado mediante apostilamento, concomitantemente com os ajustes financeiros cabíveis quando do reajuste em sentido estrito, ou mediante termo aditivo, quando da repactuação da contratação.
- 3. Não será admitido, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação:**
- 3.1.** Modificar a proporcionalidade do "desconto" ofertado pela proposta inicial em comparação com o orçamento estimado da contratação elaborado, à época, por este Tribunal.
- 3.2.** Incluir elementos, encargos, entre outros custos, quando já existentes à época da apresentação da proposta inicial, mas nela não inseridos.
- 4.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da NLLC.
- 4.1.** A superveniência da extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, tempestivamente requerido pela Contratada, hipótese em que será concedida a devida indenização.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

5. Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro, concluída a instrução processual, serão respondidos/decididos pela Administração, preferencialmente, no mesmo prazo previsto no **item 6 da Cláusula Nona**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1. De acordo com o § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, **PELO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) ANOS**, sem prejuízo de eventual multa prevista no edital, contrato ou termo de referência, a **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave prevista **no item 2 abaixo**, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) dar causa à inexecução total do contrato.

2. De acordo com o § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será **DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR E CONTRATAR** com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **PELO PRAZO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) ANOS E MÁXIMO DE 6 (SEIS) ANOS**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, bem como de eventual sanção de multa prevista no edital, contrato, termo de referência, a **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- b) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2.1. Para os fins da **alínea “c”**, reputar-se-á como comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, tais como ação em conluio ou em desconformidade com a lei, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

3. De acordo com o § 2º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será aplicada a sanção de **ADVERTÊNCIA** exclusivamente aos casos de inexecução parcial, desde que não tenha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

4. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência (Anexo a este Contrato), penalidade que poderá ser imputada cumulativamente às sanções estabelecidas nos itens 1, 2 e 3 acima.
5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, ressalvada a hipótese de convocação de licitante remanescente na forma do inciso I do art. 4º do art. 90 da Lei 14.133/2021.
6. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido nos artigos. 156 a 163 da Lei 14.133/2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE-BA.
7. A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE/BA.
8. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.
9. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nos **itens 7 e 8 acima**, será a Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União– GRU, no prazo de 30 dias, contados do recebimento da intimação.
10. As situações mencionadas nos incisos I a IV e IX do art. 137 da Lei 14.133/2021, podem ensejar, a critério da Administração, a extinção do contrato.
11. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos nos arts.166 e 167 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua extinção, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.
2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

1. O contrato terá vigência de 2 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, a critério da Contratante, e desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DIVULGAÇÃO

1. A divulgação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a sua eficácia e de seus aditamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. Em observância ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Contratada compromete-se juntamente com este Tribunal a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:
 - a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução do objeto, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
 - b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.
2. A Contratada, sempre que necessário, dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata o presente item.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso da execução contratual e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.
4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de um dia útil da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
5. A critério do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
6. Sem prejuízo de observância às demais disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), as informações produzidas ou custodiadas por este Tribunal devem ser tratadas em função do seu grau de confidencialidade, criticidade e temporalidade, garantindo-se a sua integridade, autenticidade, disponibilidade e a cadeia de custódia dos documentos.
7. Serão protegidas quanto à confidencialidade as informações classificadas e as que possuem sigilo, observando-se o disposto na LAI e na LGPD, na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, na Resolução CNJ nº 396, de 07 de junho de 2021, na Resolução TSE nº 23.644, de 1º de junho de 2021, na Portaria da Presidência do TRE-BA nº 405, de 17 de agosto de 2021 e, subsidiariamente, no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, sem prejuízo da observância de outros normativos que regem a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1. O presente Contrato é celebrado com fulcro nas normas insertas na Lei 14.133/2021, tendo por base as condições estabelecidas no Pregão n.º 90020/2025 e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, xx de xxxxxxxx de 20XX

Diretor-Geral do TRE-BA

CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90020/2025

ANEXO V

RESOLUÇÃO Nº 651, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a retenção de provisões para encargos trabalhistas, previdenciários e demais garantias em contratações administrativas com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Poder Judiciário, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ),

no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de a Administração Pública manter rigoroso controle das despesas contratadas e assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias nos contratos administrativos com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO o disposto no art. 121 da Lei nº 14.133/2021, que disciplina a responsabilidade do contratado pelos encargos decorrentes da execução do contrato, estabelece a possibilidade de a Administração adotar medidas para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, dispõe sobre a impenhorabilidade dos valores depositados na conta vinculada e determina que o recolhimento das contribuições previdenciárias observe a legislação específica;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os procedimentos de retenção e movimentação dos valores vinculados, garantindo segurança jurídica e transparência nos contratos administrativos no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que a utilização de contas vinculadas bloqueadas para movimentação é um mecanismo eficaz para mitigar riscos trabalhistas, prevenindo a responsabilidade subsidiária da Administração e assegurando o pagamento de férias, 13º



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

salário, verbas rescisórias e demais encargos trabalhistas aos trabalhadores alocados nos contratos administrativos;

CONSIDERANDO que a prática administrativa de retenção de rubricas em contas vinculadas tem sido objeto de repetidas consultas ao CNJ, revelando necessidade contínua de revisão do conjunto regulamentar para adequação às dinâmicas contratuais e à realidade econômica enfrentada pelos agentes, especialmente em relação ao dimensionamento adequado dessas retenções e à liberação de saldos remanescentes que impactam significativamente a saúde financeira das empresas contratadas;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios claros para a liberação dos valores retidos em contas vinculadas, especialmente nos casos de sucessão de contratos em que a mesma empresa é recontratada e os trabalhadores são mantidos nos serviços;

CONSIDERANDO a decisão plenária tomada no julgamento da Consulta nº 0001636- 88.2024.2.00.0000;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CNJ no julgamento do Ato Normativo nº 0005766-87.2025.2.00.0000 na 13ª Sessão Virtual, finalizada em 26 de setembro de 2025,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução disciplina a retenção de valores destinados ao pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários em contratos administrativos que envolvam dedicação exclusiva de mão de obra, visando garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas e reduzir o risco de passivos para a Administração.

§ 1º As disposições desta Resolução aplicam-se a todos os contratos firmados por órgãos do Poder Judiciário que envolvam a prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

§ 2º Consideram-se serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

I - os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;

II - o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

III - o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

§ 3º Os serviços de que trata o *caput* poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III do parágrafo anterior.

Art. 2º Nos contratos administrativos regidos por esta Resolução, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais é exclusivamente do contratado, conforme o art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único: A inadimplência do contratado não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento, exceto se comprovada, pelo trabalhador ou pela Administração Pública contratante, falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

CAPÍTULO II

DA CONTA VINCULADA PARA RETENÇÃO DE ENCARGOS

Seção I

Retenção dos valores

Art. 3º Para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias pelo contratado, a Administração deverá reter, mensalmente, o somatório dos valores correspondentes às seguintes rubricas, independentemente da unidade de medida contratada, tais como, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico ou ordem de serviço:

I - férias;

II - 1/3 constitucional sobre férias;

III - 13º salário;

IV - multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

V - encargos previdenciários incidentes sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional.

§ 1º A conta vinculada será aberta em banco público oficial, no nome da contratada, e movimentada exclusivamente por ordem do tribunal ou conselho contratante.

§ 2º Os valores depositados na conta vinculada são absolutamente impenhoráveis, conforme o art. 121, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 3º Além das verbas trabalhistas especificadas neste artigo, a retenção na conta vinculada incluirá os encargos previdenciários e tributos aplicáveis sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional, tais como INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAC, INCRA, salário-educação, FGTS, RAT + FAP e SEBRAE, conforme previsto em regulamentos específicos, observado o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212/1991.

§ 4º Os pagamentos efetuados à contratada estarão sujeitos à retenção na fonte dos tributos previstos na legislação aplicável, incluindo, quando cabível, o Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS), Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e demais encargos exigidos pela legislação tributária vigente.

§ 5º Os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador, mediante comprovação documental, conforme disposto no § 3º, inciso V, do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

§ 6º No caso de pagamento direto aos empregados por inadimplemento da contratada, os valores pagos serão deduzidos do montante devido à contratada, consoante prevê o inciso IV do § 3º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 4º Compete ao ordenador de despesas do tribunal ou conselho, ou a servidor por ele designado, adotar as providências necessárias para a abertura, manutenção e movimentação da conta vinculada, bem como fiscalizar sua correta operacionalização.

Seção II

Movimentação da Conta Vinculada

Art. 5º A movimentação da conta vinculada será autorizada nas seguintes hipóteses:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

I - pagamento direto aos empregados: quando o tribunal ou conselho autorizar e solicitar ao banco público oficial a transferência dos valores diretamente para a conta dos empregados, para quitação de encargos trabalhistas vencidos.

II - resgate pela contratada: quando a empresa comprovar que já efetuou os pagamentos aos empregados e solicitar o reembolso correspondente.

§ 1º Para resgatar os recursos da conta vinculada na hipótese do inciso II, a empresa contratada deverá apresentar à unidade competente do tribunal ou conselho os documentos comprobatórios do pagamento efetivo das verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos empregados alocados na execução do contrato.

§ 2º O tribunal ou conselho, por meio de seus setores competentes, expedirá, após a conferência dos cálculos e a verificação da documentação, a autorização para movimentação dos recursos creditados na conta vinculada e encaminhará à instituição financeira no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

§ 3º O banco público oficial deverá apresentar ao órgão contratante, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os comprovantes de depósito realizados nas contas dos beneficiários.

§ 4º Caso haja saldo na conta vinculada após a quitação das verbas rescisórias dos empregados desligados, os valores deverão ser utilizados para quitação proporcional das obrigações trabalhistas dos empregados remanescentes, de acordo com o tempo de alocação na execução do contrato.

§ 5º A liberação dos valores da conta vinculada será realizada mediante autorização formal do tribunal ou conselho, que encaminhará solicitação à instituição financeira, conforme procedimentos definidos no termo de cooperação.

§ 6º Após cada movimentação da conta vinculada, o banco público oficial deverá comunicar ao tribunal ou conselho por meio de sistema eletrônico integrado ou outro meio definido no termo de cooperação, permitindo acesso em tempo real aos saldos e extratos.

Art. 6º Nos casos de rescisão de contrato de trabalho de empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, o tribunal ou conselho deverá requerer assistência do sindicato da categoria, quando exigível por norma coletiva, para verificar se os termos da rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

§ 1º Caso a convenção coletiva ou o sindicato exijam o pagamento antes da homologação, a empresa poderá solicitar o resgate da conta vinculada para pagamento das verbas rescisórias, devendo apresentar ao tribunal ou ao conselho, na situação consignada no inciso II do referido artigo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta-corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

§ 2º A contratada poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta-depósito vinculada para quitação das verbas trabalhistas contingenciadas em relação aos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

empregados que comprovadamente atuaram na execução do ajuste e que serão desligados do quadro de pessoal da empresa contratada, em decorrência do encerramento da vigência do contrato.

§ 3º Se após o(s) resgate(s) ou a(s) movimentação(ões) indicado(s) no parágrafo anterior houver saldo na conta-depósito vinculada, o valor deverá ser utilizado pela contratada para pagamento aos empregados que permaneceram no quadro de pessoal da contratada à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual.

§ 4º O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

§ 5º Para os fins desta Resolução, a homologação em sindicato diverso ao da categoria somente será aceita quando prevista em instrumento coletivo de trabalho.

CAPÍTULO III

DA GESTÃO DA CONTA VINCULADA E DO TERMO DE COOPERAÇÃO

Seção I

Regulamentação da Conta Vinculada e do Termo de Cooperação

Art. 7º Os tribunais e conselhos deverão firmar termo de cooperação com banco público oficial para regulamentar a abertura, movimentação e encerramento da conta vinculada.

§ 1º O termo de cooperação deverá estabelecer regras sobre:

I - a abertura automática da conta vinculada para cada contrato firmado;

II - os procedimentos para movimentação dos valores depositados, observadas as disposições desta Resolução;

III - o acesso da Administração aos saldos e extratos da conta vinculada, garantindo transparência e fiscalização efetiva; e

IV - a possibilidade de isenção ou redução de tarifas bancárias associadas à conta vinculada, caso haja cobrança, mediante negociação com a instituição financeira.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

§ 2º A celebração do termo de cooperação não isenta os tribunais e conselhos da obrigação de fiscalizar o correto cumprimento das disposições sobre retenção e movimentação da conta vinculada.

§ 3º Os valores depositados na conta vinculada serão remunerados diariamente pelo índice da caderneta de poupança ou outro índice de maior rentabilidade.

§ 4º Modelos de documentos para solicitação de abertura, movimentação, encerramento de contas vinculadas e comunicação entre as instituições deverão seguir os padrões definidos nos Anexos desta Resolução.

§ 5º O termo de cooperação técnica poderá ser ajustado às peculiaridades dos serviços, objeto do Instrumento, e/ou aos procedimentos internos da Instituição Financeira, nos termos do Anexo, desde que não contrariem esta Resolução.

§ 6º Os tribunais ou os conselhos poderão negociar, com banco público oficial, caso haja a cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para a abertura e a movimentação da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.

Art. 8º Após a assinatura do contrato, o tribunal ou conselho deverá formalizar junto ao banco público oficial a solicitação de abertura da conta vinculada em nome da empresa contratada, nos termos do art. 7º.

§ 1º A empresa contratada deverá assinar os documentos de abertura da conta vinculada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, e firmar termo que permita ao tribunal ou conselho:

I - acessar os saldos e extratos da conta vinculada; e

II - condicionar a movimentação dos valores à sua autorização expressa.

§ 2º O prazo para assinatura dos documentos poderá ser prorrogado pelo tribunal ou conselho, mediante justificativa formal da empresa contratada.

§ 3º O tribunal ou conselho poderá exigir, como condição para a assinatura do contrato, a apresentação de caução, fiança bancária ou seguro-garantia com cobertura específica para verbas rescisórias inadimplidas, conforme disposto no § 3º do inciso I do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

§ 4º A exigência de garantia, quando adotada, deverá estar prevista expressamente no edital e no contrato, conforme avaliação da Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Seção II

Garantias Contratuais e Regras para Movimentação da Conta Vinculada

Art. 9º Os contratos administrativos firmados sob esta Resolução deverão conter cláusulas que estabeleçam:

I - a retenção de valores na conta vinculada para pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários;

II - a obrigatoriedade de comprovação periódica da quitação das obrigações trabalhistas pela contratada;

III - penalidades aplicáveis em caso de descumprimento das normas sobre retenção e movimentação da conta vinculada; e

IV - as regras para movimentação dos recursos depositados, em conformidade com os dispositivos desta Resolução.

Art. 10. Durante a execução do contrato, poderá ocorrer liberação de valores da conta vinculada mediante autorização do tribunal ou do conselho, que deverá expedir ofício ao banco público oficial, conforme modelo constante no termo de cooperação.

Parágrafo único. Após a movimentação da conta vinculada, o banco público oficial deverá comunicar ao tribunal ou ao conselho, por meio de ofício ou outro meio formal previsto no termo de cooperação, os dados da operação realizada.

Art. 11. Os saldos da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, serão remunerados por instrumento financeiro de baixo risco e lastreado em títulos públicos definido no termo de cooperação técnica, escolhido com base em critérios de segurança, liquidez, economicidade e rentabilidade.

Parágrafo único. O instrumento financeiro escolhido deverá garantir a disponibilidade de resgate dos valores no prazo máximo de 30 (trinta) dias após solicitação formalizada pelo órgão gestor do contrato.

CAPÍTULO IV

DOS EDITAIS DE LICITAÇÃO

Art. 12. Os editais de licitação deverão prever a conta vinculada, os percentuais de retenção e a vedação ao uso dos recursos para fins diversos do pagamento de encargos trabalhistas.

§ 1º Os editais de licitação para a contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra deverão conter expressamente a exigência da retenção das parcelas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

trabalhistas e previdenciárias previstas no art. 3º desta Resolução, independentemente da forma de mensuração dos serviços contratados.

§ 2º O edital de licitação e o contrato deverão conter:

I - os percentuais das rubricas indicadas no art. 3º desta Resolução, para fins de retenção mensal;

II - a indicação de que haverá retenção mensal sobre o valor contratual devido à empresa, conforme os percentuais estabelecidos;

III - os valores das tarifas bancárias de abertura e manutenção da conta vinculada, caso haja cobrança, conforme negociação com o banco público oficial;

IV - a previsão de que eventuais despesas bancárias deverão ser suportadas na taxa de administração da empresa contratada, caso haja cobrança de tarifas e não seja possível a negociação de isenção ou redução;

V - a indicação de que, caso o banco público oficial realize descontos diretamente na conta vinculada, os valores correspondentes serão destacados do pagamento mensal à contratada;

VI - a forma e o índice de remuneração dos saldos da conta-depósito vinculada, conforme consta no § 3º do art. 7º desta Resolução; e

VII – a penalização aplicável à empresa contratada caso descumpra o prazo para a assinatura da documentação de abertura da conta vinculada.

Art. 13. A verificação dos percentuais das rubricas indicadas no edital de licitação e contrato, o acompanhamento, o controle e a conferência dos cálculos efetuados, bem como a autorização para movimentação da conta vinculada, serão de responsabilidade das áreas de administração ou orçamento e finanças, conforme definido pelo ordenador de despesas do tribunal ou conselho.

Parágrafo único. O ordenador de despesas estabelecerá a unidade administrativa do tribunal ou conselho responsável pela definição dos percentuais das rubricas indicadas no art. 3º desta Resolução.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O saldo remanescente da conta vinculada deverá ser liberado à contratada após o encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, mediante comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

§ 1º A empresa contratada poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta vinculada para quitação das verbas rescisórias dos empregados que comprovadamente atuaram na execução do contrato e que serão desligados em decorrência do encerramento da vigência contratual.

§ 2º Caso haja saldo na conta vinculada após o resgate para pagamento das verbas rescisórias, os valores deverão ser utilizados para quitação das obrigações trabalhistas dos empregados que permanecerem na empresa, proporcionalmente ao tempo em que estiveram alocados na execução do contrato.

Art. 15. Na sucessão de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra com a mesma empresa, os valores provisionados durante a execução do contrato, correspondentes ao excedente do saldo da conta vinculada após a quitação das obrigações de que trata o art. 3º desta Resolução, poderão ser liberados em relação aos terceirizados que permanecerão alocados na prestação dos serviços do novo contrato.

§ 1º O requerimento de liberação de valores formulado pela empresa requerente será instruído com cálculos individualizados por empregado que continuar vinculado ao novo contrato.

§ 2º O ordenador de despesas do tribunal ou do conselho instruirá o procedimento administrativo com planilhas analíticas dos valores depositados na conta vinculada e autorizará a liberação de valores desde que constatada a suficiência do saldo remanescente, nos termos do art. 13 desta Resolução, observando-se o art. 50 da Lei nº 14.133/2021, e, no que couber, o "Caderno de Logística" sobre "Conta Vinculada" elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em 2018 e nas edições eventualmente atualizadas.

Art. 16. Os tribunais e conselhos poderão firmar acordos administrativos com entidades de fiscalização do trabalho para aprimorar o cumprimento desta Resolução.

Art. 17. Revoga-se a Resolução nº 169/2013.

Art. 18. Os contratos firmados antes da publicação desta Resolução devem observar a Resolução CNJ nº 169/2013.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Luís Roberto Barroso



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90020/2025

ANEXO VI

ACORDO JUDICIAL

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei nº 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei nº 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

único, e 876, caput, da CLT.
Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO
Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES
Presidente da Associação dos Juízes Federais
do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores
do Trabalho - ANPT

<http://www.pgt.mpt.gov.br/noticias/2003/06/n213>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90020/2025

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO SINDICAL

Processo SEI n.º: 0010327-42.2025.6.05.8000

Objeto: prestação contínua de serviços terceirizados de limpeza, higienização, conservação e jardinagem, bem como serviços eventuais de capinagem, com cessão de mão de obra residente e fornecimento de material de consumo e equipamentos necessários, com alocação de postos de trabalho de servente de limpeza e auxiliar de jardinagem, a serem executados nas unidades da Justiça Eleitoral no interior do estado da Bahia.

A empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita sob o CNPJ de n.º **XXXXXXXXXXXX**, por meio de seu Representante Legal, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, DECLARA que sua atividade preponderante é **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (informar apenas a atividade preponderante da empresa. Não deve ser preenchido com a lista de atividades da empresa).

Dessa forma, nos termos da legislação aplicável acerca do enquadramento sindical esta empresa está vinculada ao Sindicato **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (indicar o sindicato patronal).

Declara, ainda, que o instrumento coletivo está registrado sob o n.º **xxxxxxx** (informar o número de registro do instrumento coletivo) junto ao **xxxxxxx**.

Por fim, esta empresa declara-se integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei n.º 14.133, 1º de abril de 2021 em caso de irregularidades.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

Nome (Responsável ou Representante Legal)

CPF n.º: **XXX.XXX.XXX-XX**

RG n.º: **X.XXX.XXX.X**